



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

**A regulação da sexualidade e da identidade de gênero através do
riso: As piadas nas escolas.**

Rodolfo Luiz Costa de Godoi

Brasília, julho de 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais com Habilitação em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lourdes Bandeira

Brasília/DF, julho de 2013

RODOLFO LUIZ COSTA DE GODOI

**A regulação da sexualidade e da identidade de gênero através do
riso: As piadas nas escolas**

Monografia apresentada ao Departamento
de Sociologia da Universidade de Brasília
como parte dos requisitos para conclusão
do curso de Bacharelado em Ciências
Sociais com Habilitação em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lourdes Bandeira

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Lourdes Maria Bandeira

Prof^a Dr^a Tânia Mara Campos de Almeida

Prof^o Dr^o José Zuchiwschi

FICHA CATALOGRÁFICA

Godoi, Rodolfo Luiz Costa de

A regulação da sexualidade e da identidade de gênero através do riso: As piadas nas escolas. 2013. (SOL-ICS/UNB, Bacharel, Sociologia, 2013)

Monografia. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GODOI, Rodolfo Luiz de. A regulação da sexualidade e da identidade de gênero através do riso: As piadas nas escolas. Monografia. Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília-DF.2013

*Às vítimas, refugiadas e refugiados e combatentes do preconceito nas
escolas.*

AGRADECIMENTOS

À Professora Lourdes, por ser um exemplo de compromisso e dedicação com a profissão e com a academia, sem abandonar a militância;

As e os doze jovens entrevistadxs, por me permitir saber de suas vidas, e por serem também responsáveis pelos avanços interpretativos que não seria possível realizar sozinho;

Ao PET Sol UnB pela possibilidade de ampliar os horizontes acadêmicos, e por financiar a permanência na universidade. Agradeço as colegas e a Prof^a Analia Batista;

À Socius pelo aprendizado profissionalizante, através da autonomia e pró-atividade;

Às amigas de Iniciação Científica, Jéssica Albuquerque e Juliana Brussi, no estudo das mulheres trabalhadoras garis do Distrito Federal;

Ao CASo e ao Movimento Estudantil da UnB;

Aos movimentos sociais feministas e LGBTs da cidade;

A Adriana Lodi e ao grupo de Criação e Experimentação Cênica 2013, por não me deixarem surtar com a sociologia;

A Ludmila Gaudad, por induzir ao surto;

Ao Felipe Areda, pela insistência no pensamento afetado, ao Gabriel Peters, pela revisão sociológica e ao Marcelo Caetano, pelas inquietações aos privilégios.

À todas as amigas e amigos. Fundamentais para proteção, lutas e liberdade;

À Professora Tânia Mara e ao Professor José Zuchiwschi pelas contribuições e críticas na banca examinadora;

Ao Gustavo Belisário, por aquilo que não sei dizer como é, mas que apenas sinto;

À minha mãe Sonia, por acreditar mesmo sem saber exatamente no quê, porquê ou para que.

*“pois então, deixa que eu me aproximo
chego perto, olhos nos seus olhos e digo
não adianta esmurrar, bater, matar,
você não vai conseguir nos calar,
nem a mim, nem a meus irmãos e irmãs,
gays, bichas, travestis, sapatas, lésbicas, transexuais,
proliferação de dissidentes, diversas, anormais.
gente que não é o que você é,
porque não quer ser,
porque não precisa ser,
porque não é e não vai tentar ser.
o que diz ser tormento,
pecado, crime, doença, desvio,
e usa como insulto, afronta, ultraje, ofensa e xingamento,
eu me digo com orgulho e anuncio:
se ser humano é ser isso,
afastar, odiar, temer,
matar, destroçar, corroer,
digo com força, coragem e viço
prefiro não ser
e ser
ser de outro jeito, por outra vida, por outra via...
...do jeito que sou e quero ser
viado!”*

Trecho do poema “Manifesto Viado” de Felipe Areda

NOTA

A palavra inglesa “gay” é atualmente utilizada para se referir a homossexuais masculinos – embora o termo já tenha abarcado tanto bissexuais quanto mulheres homossexuais. Podendo ser traduzido primariamente por “alegre”, “jovial” ou “desinibido”, a partir do século XVII passou a ser utilizado para se referir a práticas alheias a restrições morais – podendo ser utilizado para adjetivar uma prostituta ou um homem heterossexual com múltiplas parceiras sexuais. Gay só passou a ser utilizado em referência à homossexualidade a partir do século XX. Inicialmente utilizado como ofensa, teve seu significado reapropriado a partir de StoneWall como afirmação de um “Orgulho Gay” que buscou enfrentar a culpabilidade vivenciada por pessoas não heterossexuais como afirmação positiva da identidade – e, nesse sentido, recupera-se a alegria e a jovialidade da palavra. O uso da palavra Gay também buscou romper com a perspectiva excessivamente psico-medicalizada da palavra “homossexual”. No início do Movimento de Liberação Homossexual Brasileiro, a partir de 1978, houve debates entorno da adoção do termo Gay para a realidade brasileira, especialmente em um contexto de múltiplos termos ligados a experiências da homossexualidade: bichas, viados, bofes, qualiras, entendidos, frangos etc. Há ainda uma crítica ao *Gay Power* e ao risco de processo de empoderamento que reafirmasse uma moral ainda dominadora. Embora em 1979 já haja a apropriação do termo com a escrita original em inglês por grupos organizados (Associação Gay de Belém, Movimento Gay de Belém, Grupo de Atuação e Afirmação Gay), o autor João Silvério Trevisan (2004) prefere utilizar a forma aportuguesada da palavra (“guei”), mantendo uma grafia diferencial que não recusa a palavra, mas se apropria dela sem ocultar sua importação produzindo um efeito ao mesmo tempo antropofágico e crítico. Apesar de o termo gay ser a forma adotada pelo movimento social e já estar incorporada nas políticas públicas, seguirei Trevisan na adoção textual da palavra “guei”. Além disso, a expressão ‘viado’ com i, é utilizada em vez da expressão ‘veado’ com e, que seguiria a norma culta da língua portuguesa. Opta-se pela primeira por acreditar que ela consegue dimensionar melhor o significado da expressão corrente na cultura brasileira.

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
INTRODUÇÃO.....	13
1. ESTRUTURAS DE CONTROLE DE INDETERMINAÇÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE.....	16
2. COMO A NORMA HETEROSSEXUAL E CISGÊNERA SE MANTÊM?.....	23
3. DADOS SOBRE O PRECONCEITO CONTRA LGBTs NO BRASIL.....	28
3.1. Índices de preconceito velado e discriminação contra LGBTs no Brasil.....	29
3.2. Denúncias e notícias de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.....	35
3.3. Preconceito e discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nas escolas de 14 capitais brasileiras.....	45
4. EXPRESSÕES VIOLENTAS DA NORMA HETEROSSEXUAL E CISGÊNERA.....	50
5. O RISO COMO REPRODUTOR DE UMA CULTURA HETERONOMATIVA E CISGÊNERA.....	68
5.1. A escola como reprodutor cultural.....	68
5.2. As piadas.....	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	87
8. ANEXOS.....	91

Quadros

Quadro 1 Caracterização das informações sócio-demográficas das entrevistadas e dos entrevistados. Brasília, 2013.....14

Quadro 2: Suspeitos por sexo, segundo grau de grau de relacionamento entre vítimas e agressores. Brasil, 2011.....41

Tabelas

Tabela 1 - Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo e por ordem de indicação, segundo as cinco ações consideradas mais violentas. Brasil – conjunto de 14 cidades, 2000.....45

Gráficos

Gráfico 1: Agente discriminador. Amostra lésbicas e gays. Brasil, 2009.....32

Gráfico 2: Primeira situação em que foi discriminado devido à orientação ou conduta sexual. Amostra lésbicas e gays. Brasil, 2009.....33

Gráfico 3: Principal área em que o governo deveria atuar para combater a homofobia no Brasil. Brasil, amostra geral, 2009.....34

Gráfico 4: Principal área em que o governo deveria atuar para combater a homofobia no Brasil. Amostra lésbicas e gueis. Brasil, 2009.....35

Gráfico 5: Vítimas, segundo orientação sexual. Brasil, 2011.....36

Gráfico 6: Vítimas, segundo a identificação do “sexo biológico”, Brasil, 2011.....37

Gráfico 7: Vítimas, segundo identidade de gênero, Brasil, 2011.....38

Gráfico 8: Vítimas, segundo a condição de raça/cor auto-declarada. Brasil, 2011.....39

Gráfico 9: Relação entre vítima e denunciante da violação. Brasil, 2011.....40

Gráfico 10: Vítimas, segundo faixa etária. Brasil, 2011.....41

Gráfico 11: Violações, segundo local de ocorrência. Brasil, 2011.....43

Resumo

A heteronormatividade é uma forma social, e estabelece a maneira correta de agir, pensar e ser. Parte-se de uma análise do preconceito contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil, para poder entender a dimensão macrossocial da heteronormatividade e da cisnormatividade. Foram entrevistados doze jovens, quatro homens cisgêneros homossexuais, quatro mulheres cisgêneras homossexuais, três mulheres transexuais heterossexuais, e um homem transexual heterossexual, que relataram suas experiências sobre sexualidade e identidade de gênero na escola. O preconceito contra pessoas LGBTs funciona como uma ação social, que responde a uma estrutura heteronormativa e cisgênera, materializando-se através das piadas. Essa ação visa sancionar e regulamentar aquelas que fogem de suas regras, mas também a legitimar, reafirmar, positivar e vigiar aquelas e aqueles que encontram-se em consonância com o padrão heteronormativo e cisgênero. A piada, a gozação e o escárnio apresentam-se na escola como uma forma de dinamizar e tornar a heteronormatividade e o padrão cisgênero insidiosos, corriqueiros e latentes.

Palavras-chaves: Heteronormatividade, cisgênero, homofobia, educação, piadas

Abstract

The heteronormativity is a social form, and establishes the correct way of acting, thinking and being. It starts with an analysis of prejudice against lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals in Brazil, in order to understand the macro-scale of heteronormativity and cisnormativity. We interviewed twelve young, four cisgender homosexual men, four cisgender homosexual women, three heterosexual transsexuals women and heterosexual transsexual man. They reported their experiences of sexuality and gender identity in school. The prejudice against LGBT individuals works as a social action, which responds to a heteronormative and cisgender structure, materializing through jokes. This action seeks to sanction and regulate those fleeing their rules, but also to legitimize, reaffirm, positivize and watch those that are in line with the standard heteronormative and cisgender. A joke, a mockery and scorn are presented in school as a way to streamline and make heteronormativity standard cisgender insidious, ordinary and latent.

Key-word: heteronormativity, cisgender, homophobia, education, jokes.

Introdução

Os estudos sobre gênero e diversidade sexual apresentam na atualidade uma efervescência na produção acadêmica. Esses estudos estão presentes em diversas disciplinas das ciências humanas, com distintas abordagens, e vão também para os campos filosóficos e artísticos. Tamanha abrangência pode servir tanto de termômetro da inquietação que a temática suscita, como de sua complexidade, sendo ao mesmo tempo, resultado e propulsor de disputas políticas. O que uma área do conhecimento encontra limites em interpretar é complementado por outra, estendendo as capacidades compreensivas e, ao mesmo tempo, desafiando-se mutuamente.

Essa alta produção também encontra um contrapeso: uma vez que se caso for feita uma mistura não muito bem cuidadosa das diversas áreas de conhecimento que têm os estudos de gênero e sexualidades como objeto, corre-se o risco de o resultado final chegar numa incompreensão. Assim, a delimitação de um objeto de pesquisa e as correntes teóricas escolhidas precisam acontecer com cautela, por vezes a simplicidade pode resultar em passos mais largos na produção de conhecimento.

O fenômeno do preconceito e discriminação contra homossexuais, bissexuais e transgêneros (ainda que essa seja uma nomenclatura ainda sem amplo acordo, uso aqui como englobante para travestis e transexuais) acontece em diversos locais da vida em sociedade, no trabalho, na família, nas instituições de ensino, no acesso a serviços públicos ou privados. Tem múltiplas origens, causas e formas de acontecer. O objetivo da pesquisa é buscar entender como esse fenômeno acontece dentro das escolas, e qual é o papel do riso e da piada.

A compreensão qualitativa do fenômeno parte das falas de jovens lésbicas, gueis e transexuais em uma produção de sentidos, significados e experiências de momentos de suas vidas. A seleção para entrevista não aconteceu de forma aleatória, mas sim intencional, dado que a temática abarca aspectos íntimos, delicados e de experiências violentas, é importante que as pessoas entrevistadas sintam-se à vontade para relatar suas experiências de vida, e assim, o completo desconhecimento do pesquisador com a pessoa entrevista poderia inviabilizar ou dificultar a construção de uma confiança mútua necessária. Por outro lado, é importante que não exista uma convivência integral com o pesquisador, porque o excesso de intimidade pode também incorrer em

constrangimento. Para Burgess (1984) a familiaridade com o campo pode ser uma vantagem.

Foram contatados jovens que se manifestaram de acordo em ser entrevistados e que se sentissem a vontade em compartilhar suas experiências enquanto identificados como membros ou pertencentes ao grupo de LGBTs¹, e que pudessem relatar suas vivências durante o período de educação em instituições de ensino, sendo essas públicas ou privadas. O acesso a algumas das pessoas entrevistadas deu-se também pela indicação de outras já entrevistadas, o que é nomeado de técnica da ‘bola de neve’. As entrevistas aconteceram de forma semi-estruturada, o que significa que há um roteiro de questões pré-estabelecidos (anexo), podendo também funcionar quase como um diálogo direcionado entre pesquisador e entrevistada/o. Garantindo-se maleabilidade para que novas questões possam ser colocadas. Cada entrevistada e entrevistado também assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo), registrando a participação voluntária e contendo o contato do pesquisador para eventuais dúvidas.

É importante lembrar que ainda que a entrevista não nos sirva de maneira a representar a heteronormatividade nas escolas do DF, a opção por uma metodologia qualitativa permite um aprofundamento nas minúcias de seu acontecimento. O resultado foi um total de 12 horas, 50 minutos e 29 segundos de gravação, transcritas em 241 páginas.

Foram entrevistadas 12 jovens, tendo a mais nova 17 anos e a mais velha 30 anos, e uma média de 23 anos do total. Todos os nomes aqui utilizados são fictícios e escolhidos pelas entrevistadas e entrevistados. Quatro deles se identificam como homens cisgêneros homossexuais, quatro como mulheres cisgêneras homossexuais, três como mulheres transexuais heterossexuais, e um como homem transexual heterossexual. É importante então nesse momento destituir a identidade de gênero com

¹ LGBT é a sigla adotada pelo movimento social organizado para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e também pelo governo brasileiro. A sigla chegou a esse formato durante a I Conferência Nacional GLBT. Assim, o movimento social LGBT brasileiro entrou em consonância com a nomenclatura também usada em outros países. Ainda que ela tenha limitações para a compreensão e análise sociológica, será utilizada vez ou outra quando oportuna para a compreensão do que se coloca, ou quando utilizada por outros. O uso do s ao final da sigla corresponde a padrão da língua portuguesa para indicar o plural de siglas. É importante não confundir com o s adotado no passado que designava a categoria de ‘simpatizantes’.

sua relação com a sexualidade, por isso a variável cisgênero/transgênero foi adicionado ao Quadro 1. Mulheres e homens transgêneras/os não se identificam no gênero esperado socialmente a partir de suas condições corporais, podendo ainda expressar uma sexualidade e afetividade por homens ou mulheres, ou ambos. Dizemos então que uma pessoa transgênera, seja homem ou mulher, pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual. O conceito de cisgênero surge, portanto, para dar conta da identidade de gênero das pessoas não transgêneras, para Jesus (2012): “São conceituadas como cisgêneros as pessoas cuja identidade de gênero está de acordo com o que socialmente se estabeleceu como o padrão para o seu sexo biológico”. Assim, conseguimos avançar para que a transgeneridade não tenha uma caráter subalterno às outras identidades, ao nomear o que aparentemente é a norma ou o ‘correto’, deixamos de tê-lo como padrão analítico.

A renda média familiar das e dos jovens entrevistados gira em torno de R\$6500, ainda que alguns tenham famílias extensas e outros morem sozinhas ou sozinhos. Marcelo, Mateus, Valentina e Nicole estudaram durante todo o ensino básico em instituições pública de ensino, totalizando um terço das entrevistas; já outro terço, composto por João, Liza, Pantera e Raul estudaram todo o ensino básico em instituições privadas de ensino. Enquanto o terceiro terço: Thaynã, Isa, Elizabeth e Alice, alternaram entre instituições públicas e privadas.

Quadro 1 - Caracterização das informações sócio-demográficas das entrevistadas e dos entrevistados. Brasília, 2013

Nome	Idade	Sexualidade	Moradia	Cor/Raça	Gênero	Cis/Trans	Escolaridade	Renda familiar
1. Marcelo	19 anos	Homossexual	São Sebastião	Negro	Homem	Cisgênero	Graduando	R\$ 2.500
2. Thaynã	20 anos	Homossexual	Ceilândia	Negro	Homem	Cisgênero	Graduanda	R\$ 3.000
3. Mateus	21 anos	Homossexual	Santa Maria	Negro	Homem	Cisgênero	Graduando	R\$ 2.000
4. João	25 anos	Homossexual	Asa norte	Branco	Homem	Cisgênero	Graduado	R\$ 10.000
5. Isa	25 anos	Homossexual	Águas Claras	Branca	Mulher	Cisgênera	Graduanda	R\$ 4.500
6. Elizabeth	22 anos	Homossexual	Asa Norte	Branca	Mulher	Cisgênera	Graduanda	R\$ 15.000

7. Liza	24 anos	Homossexual	Asa Norte	Branca	Mulher	Cisgênera	Graduada	R\$ 16.000
8. Valentina	17 anos	Homossexual	Asa Norte	Branca	Mulher	Cisgênera	Médio Completo	R\$ 10.000
9. Pantera	30 anos	Heterossexual	Ceilândia	Preta	Mulher	Transgênera	Graduada	R\$ 1.000
10 .Alice	27 anos	Heterossexual	Varjão	Branca	Mulher	Transgênera	Médio completo	R\$ 1.300
11. Raul	26 anos	Heterossexual	Lago Sul	Pardo	Homem	Transgênero	Graduando	R\$ 10.000
12. Nicole	20 anos	Heterossexual	São Sebastião	Pardo	Mulher	Transgênera	Médio completo	R\$ 3.000

Fonte: Godoi, R. 2013

No primeiro capítulo, discutir-se-á as interlocuções entre o conceito de heteronormatividade, padrão cisgênero e patriarcado como modelos descritivos de uma sociedade.

Já no segundo capítulo analisamos a partir do pensamento de George Simmel (1983) nos detemos na preocupação central dessa pesquisa, influenciado por uma incógnita estipulada por esse autor, que se preocupava em como as formas sociais se mantêm, aqui pergunta-se como a sexualidade e a identidade de gênero é regulada dentro das escolas.

Na sequência do terceiro capítulo trazemos dados de três pesquisas nacionais sobre discriminação, preconceito e violência contra LGBTs.

No quarto, já com os dados da pesquisa, discutimos as experiências de violência pela qual passaram as e os entrevistados, pensando a partir do deslocamento da identidade e ação social que não são consonantes com o esperado socialmente.

No quinto capítulo discute-se a observação sobre a reprodução de modelos culturais nas escolas trazendo novamente as entrevistas realizadas para entender e ilustrar as dinâmicas das piadas, gozações e injúrias praticadas no contexto escolar com o viés heteronormativo e de padrão cisgênero.

E por fim, considerações finais, que não dão conclusão final ao que foi explorado, mas que apresentam algumas evidências da pesquisa.

I. Estruturas de controle de identidade de gênero e sexualidade.

Machado (2000) faz uma comparação entre os conceitos de relações de gênero e de patriarcado, percebendo-os não simplesmente como um a ser sucessor do outro. Em outras palavras, o conceito de relações de gênero não aparece no pensamento feminista apenas para tomar o lugar do conceito de patriarcado – e sim para expressar o de relações sociais das diferenças sexuais e demais denominações sinônimas –, mas como possibilidade de estabelecer uma forma mais evidente do caráter socialmente construído das relações de gênero, e portando, na cisão de natureza (sexo) e cultura (gênero). Por sua vez, a ideia de patriarcado impõe uma estrutura consolidada, e quase invariante a se assemelhar ao conceito de capitalismo, pois Saffioti (1985 e 1992) e Pat e Hugh Armstrong (1983) “*consideram que capitalismo e patriarcado se constroem simultaneamente. Para eles, os conceitos de “classe e gênero” são utilizados, um , para dar conta das relações capitalistas e outro, para dar conta das relações patriarcais*” (Machado, 2000:4).

O conceito de patriarcado foi utilizado para historicizar a construção da dominação masculina, buscando uma origem para a opressão, no tempo e no espaço, com o objetivo de desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido, o conceito foi particularmente útil para a mobilização política, por ser uma forma sucinta de descrever os nítidos problemas que interessavam (e ainda interessam) ao feminismo: a insistente dominação das mulheres pelos homens, nas mais diferentes épocas, e das maneiras mais diversas sociedades.

Contudo, não se limitando a uma defesa do conceito de gênero Machado (2000) também apresenta uma crítica por essa mesma percepção construcionista do conceito de relações de gênero, uma vez que a busca por divisão entre o que é natural e o que é arbitrário no social está presente na forma de pensar do “ocidente”², impondo limites à proposição universalista do conceito de gênero. No passo seguinte, entretanto, a autora consegue demonstrar que ainda assim uma metodologia desconstrucionista é capaz de assumir a especificidade de seus discursos, e reconhecer seus limites. (Ibidem: 2000:8). Ao contrário de uma opção metodológica mais positivista que, segundo ela, o uso do

² Ocidente não enquanto uma civilização total, uma vez que apresenta fissuras e focos de sobrevivência e resistência de outras culturas e sociedades.

conceito de patriarcado pode dar, uma vez que buscaria encontrar a verdade escondida nas relações sociais.

A capacidade explicativa de conceitos não é exatamente a temática aqui estudada ou trabalhada³, mas uma breve elucidação é importante para que se tenha um marco teórico mais claro. Ao entender o patriarcado como um conceito de tipo ideal e localizado sócio-historicamente passo a comparação do mesmo com o de heteronormatividade.

Da perspectiva histórica e etimológica da palavra, “hetero” significa “diferente” e a palavra “norma” que em latim quer dizer “esquadro”, constituem a formação da palavra heteronormatividade, ou seja, conjuga dois vocábulos produtores de um conjunto de ações, relações e situações praticadas entre pessoas de sexos e gênero opostos. A partir daí foi estabelecida a norma social, e, portanto, os valores normativos em que a heterossexualidade compulsória se “instalou” como hegemônica. Com isso tornou-se o monopólio da normalidade da sexualidade; em outras palavras, se estabeleceu como “modelo” de referencia. Essa perspectiva hegemônica limita e impõe o estabelecimento de outras nomações – de identidades e de práticas sexuais tais como: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.⁴

Assim, a heteronormatividade é entendida como um processo da alçada do arbitrário social “que produz e reintera uma norma heterossexual” (Louro, 2009:90). Está aí primeiro uma expectativa de que todas as pessoas tenham desejos afetivos e sexuais pelo gênero oposto ao seu, e, segundo, que se reconheçam identitariamente em sua identidade de gênero de acordo com sua genitália. Ou seja, uma pessoa que nasce com um pênis deve, de acordo com as expectativas de nossa sociedade, entender-se como homem, o que implica na sua forma de agir e sentir o mundo a sua volta, estabelecendo modelos corporais, comportamentais, sentimentais etc., ao mesmo tempo em que já toma como dado que essa pessoa que nasce com pênis, e que deve ser homem, tenha desejos afetivos e sexuais pelo seu gênero oposto, no caso aquilo que

³ Durante a escrita dessa monografia pode-se perceber algumas indicações do que não se consegue dar conta, para mais do que uma convocação a indulgência, elas se fazem necessárias por um senso de responsabilidade e de lisura intelectual.

⁴ É importante ressaltar que essas denominação são também produzidas dentro da cultural ocidental, e não se traduzem nas mesmas expressões de gênero e de sexualidades de outras culturas.

atribuímos enquanto mulheres, tendo que também ser cisgênero. Isto é, apesar de uma mulher transexual entender-se, comportar-se e viver como uma mulher, sua relação com um homem cisgênero é socialmente ilegítimo. Não basta entender que a heteronormatividade implique em uma relação de gêneros opostos, mas também de sexos opostos (vagina x pênis). Outras tantas expectativas da dinâmica do social engendram-se aí, como o casamento e a prole etc., que se vinculam a um modelo de família e de sociedade que tem no tempo histórico da modernidade, a emergência da classe, a burguesa. É preciso que o conceito de heteronormatividade esteja ao lado do de cisgeneridade, para que consigamos explicitar que a violência vivenciada por LGBTs não está implicada apenas numa condução social das relações afetivo e sexuais para heterossexual, mas também para a norma cisgênera.

Na teoria sociologia de Bourdieu, tudo se passa como se as expectativas socioculturais a esse respeito se apresentassem em bloco, com o desejo sexual pelo gênero oposto aparecendo como parte de toda uma “*hexis corporal*” (Bourdieu, 2011) mais ampla, isto é, de modos de condução do próprio corpo (na fala, no gesticular, no andar etc.) que são aprendidos via socialização, mas percebidos como expressões naturais e evidentes de uma essência biológica. A identidade de um homem cisgênero e heterossexual apesar de acontecer em um contexto histórico, fruto do arbitrário social, apresenta-se como natural, estando na imaginação coletiva de um passado que sempre se apresentou assim, e numa expectativa e esforço de que assim se mantenha para o futuro.

A feminista Monique Wittig (*apud* Butler, 2003:162) nos apresenta como a política de heterossexualidade compulsória estabelece um regime que pressupõe a existência de um sexo anterior ao gênero, como no feminismo pensando pelo conceito de patriarcado – o próprio sexo (natureza) já deve ser concebido como um arbitrário social. As diferenças sexuais existem, mas elas por si não significam nada, não há motivos para que façamos a diferença entre masculino e feminino a não ser por uma lógica econômica e política específica, e, portanto, arbitrária.

Sexo sempre se fez gênero, pois é uma perspectiva do arbitrário social específica que percebe no corpo uma dualidade. A heterossexualidade compulsória se apresenta na origem da categoria de sexo. Assim, está presente no pensamento de Wittig um

hiperdiscurso, típico das propostas teóricas (e ficcionais, como adjetivado por Butler) da pós-modernidade, onde a própria natureza passa a tomar existência exclusivamente pelo discurso. A própria história dos modos de classificação biológica das diferenças entre os “sexos” mostra sua variabilidade e sua dependência constitutiva em face das construções socioculturais contingentes do “gênero”. Além disso, sob a influência do “textualismo” ou “discursivismo” pós-estruturalista, Butler sustenta que qualquer tentativa de demarcar a fronteira entre um espaço não discursivo do sexo e um espaço discursivo do gênero é obrigada a fazê-lo discursivamente, caindo, portanto, nas malhas do discurso no momento mesmo em que tenta alcançar o não discursivo. A heterossexualidade compulsória imprime então uma semântica única possível, ou seja, a própria existência passaria a existir apenas sob esse regime. Sua proposta política radical: “lésbicas não são mulheres” expressa o entendimento de que a mulher está demarcada para uma binariedade em relação ao homem. (Butler, 2003)

A filósofa Butler levanta problemas para a independência da mimese entre sexo e gênero:

“Podemos referir-nos a um ‘dado’ sexo ou um ‘dado’ gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou gênero e por que meios? E o que é, afinal? o ‘sexo’? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais ‘fatos’ para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? [...] , talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revele-se absolutamente nenhuma” (Butler, 2003: 25)

Assim, a filósofa também põe em contestação a própria correlação de gênero como um dado cultural, e sexo como um dado natural, ou pré-discursivo passível de interpretações culturais, o sexo em si mesmo seria fruto de uma perspectiva binária de gênero, corroborando o pensamento de Wittig;

Vale também a aposta explicativa, para uma tentativa de amplificação de acesso as teorias: Em geral, quando sociólogas e sociólogos procuram explicar de forma introdutória o que é a sociedade, e sua relação com as primeiras preocupações sobre

coerção social ou ação social, um exemplo simples, cabe citar: Nós que nascemos/moramos no Brasil aprendemos a usar a língua portuguesa, ela nos permite a comunicação entre as e os falantes dessa mesma língua, contudo não a ‘escolhemos’ por ser uma língua mais fácil, ou mais bonita ou que nos permite uma amplitude maior de significação, também ela não foi ‘escolhida’ por força de violência física direta, chantagem ou algo do tipo.⁵ Podemos inclusive no decorrer da vida aprender outras, somos, portanto, ‘livres’ para isso. Mas fazê-lo é de fato possível? Se optar, a partir desse momento, por expressar-me apenas uma língua diferente (inglês, por exemplo) teria capacidade de me relacionar socialmente na minha cidade, ou mesmo na minha casa? Não. A proposta rasa para se compreender em uma primeira camada o quê é a sociedade, a partir de teorias sociais clássicas me remetem diretamente para as proposições de Wittig.(1992) “*Shalt be straight or you will not be*”⁶, ou seja, ou nos comportamos, agimos e pensamentos segundo aquilo que se pode chamar de ideologia heteronormativa, ou não encontraremos semântica possível de existência. Ainda assim, essa proposição radical é contestada por Butler, pois vê ai uma ‘purificação’ da homossexualidade, e, portanto, um distanciamento das práticas homossexuais que se inserem e se estabelecem numa cultura heterossexual. Para a filósofa, a heterossexualidade compulsória é norma e comédia simultaneamente.

“A heterossexualidade apresenta posições sexuais normativas que são intrinsecamente impossíveis de incorporar, e a impossibilidade persistente do identificar-se plenamente e sem incoerências com essas posições a revela não só como lei compulsória, mas como comédia inevitável” (Butler, 2003: 176)

A heteronormatividade compulsória arregimenta e estabelece uma única forma experiencial para o corpo, a subjetividade, a vida, a sexualidade, a identidade etc, outras formas são possíveis? A resposta agora é ambígua: Sim e Não.

⁵ Isso posto em uma análise apenas sincrônica, pois é importante perceber que historicamente a formação de um Estado-Nação brasileiro implicou o genocídio de muitas sociedades, culturas e línguas que nesse território existiam.

⁶ Tradução livre: “Serás hétero ou não serás”. Importante ressaltar que o vocábulo *straight* na língua inglesa também faz referência ao que é correto, reto, direito, ereto, honesto, limpo etc.

II. Como a norma heterossexual e cisgênera se mantêm?

A exclusividade do social frente aos alvedrios individuais encontra-se em Simmel (1983) ao defender que aquilo que mantêm o social, ou um formato social, em nada tem relação com a manutenção de seus indivíduos, sendo o contrário igualmente verdade: a manutenção de indivíduos pode ser o dismantelamento do social. A pesquisa levanta informações que conseguem dialogar, em alguma medida, com esse postulado, uma vez que nos parece que o modelo social heteronormativo e cisgênero implica num esforço de dismantelamento existencial de alguns indivíduos; e quando não há êxito, a própria existência desses indivíduos parece incorrer como um insulto a uma sociedade heteronormativa e cisgênera.

A constituição do social em Simmel (1983) se pensa a partir do indivíduo sujeito da vida social. Próximo a Durkheim (1996) em que a sociedade é mais que uma soma dos indivíduos, sendo ainda assim, esses indivíduos o único dado ‘real’ ou palpável que podemos acessar para nossas análises. A proposta do conceito de *sociação* de Simmel, (1983) que se difere de socialização e associação – não sendo, portanto, um processo sinônimo a aprendizagem ou a integração ao social, tampouco de vínculo e soma – apresenta uma ideia de unidade do social, constituindo-se no próprio processo em atividade, fazendo-se e refazendo-se a partir da interação entre os indivíduos. Segundo Moraes Filho:

“A sociedade não e algo estático, acabado; pelo contrário, é algo que acontece, que está acontecendo. O objeto da sociologia são esses processos sociais, num constante fazer, desfazer e refazer, e assim incessantemente. É através das múltiplas interações de uns-com-os-outros e pelos-outros, que se constitui a sociedade, como realidade inter-humana” (Moraes Filho. 1983:21)

Por não ser a sociedade a soma de seus indivíduos, ela não pode se reduzir a eles, estabelece o autor ai o “o quanto é justo apresentar a sociedade como uma unidade *sui generis*, distinta de seus elementos individuais. Isso porque as energias que lança mão, a fim de se conservar, nada têm em comum com o instinto de conservação dos indivíduos” (Simmel, 1983: 48). Assim, a distinção entre forma e conteúdo é o que caracteriza o modelo analítico deste autor, que foi profundamente inspirado no dualismo kantiano. A influência desse filósofo prussiano está presente ao entender a forma social

como o *a priori*, aquilo que se mantém “a sociologia para George Simmel seria como a geometria” (Moraes Filho. 1983:22), o que significa que a forma social serve-nos apenas como uma opção cognitiva para a compressão do social, uma vez que as formas por si só não existem sem conteúdos que as preencham, conteúdos esses que jamais se tomam perfeitos como a forma. Tal raciocínio, segundo Moraes Filho (ibidem), já seria a própria antecipação dos ‘tipos ideais’ weberianos. Outra influencia direta de Kant percebe-se na principal pergunta que Simmel faz percorrer por toda sua obra: Como é possível a sociedade? Uma paráfrase da questão de Kant: Como a natureza é possível?

Latour (2012) também apresenta preocupações contemporâneas quanto à sociologia tender a apresentar uma tautologia explicativa, onde o social deixa de ser objeto de estudo para ser conclusão, rejeitando radicalmente Durkheim. Para Latour:

“Se inércia, durabilidade, alcance, solidez, compromisso, lealdade, adesão etc. precisam ser explicados, isso não pode ser feito sem se procurarem vínculos, ferramentas, instrumentos e materiais aptos a proporcionar estabilidade. Se para os sociólogos do social [como o autor adjetiva a sociologia clássica], a grande virtude do apelo à sociedade é que assim conseguem oferecer essa estabilidade duradoura numa bandeja, e de graça nossa escola considera a estabilidade exatamente aquilo que tem de ser explicado por meios dispendiosos e cansativos” (Latour, 2012: 60)

Para entender a forma social que estabelece a heterossexualidade e a cisgeneridade como uma conduta a ser seguida, é preciso que se busquem as suas ações concretas e cotidianas. A uma estrutura tão consolidada exige-se um trabalho permanente para sua própria manutenção.

Mas afinal, por que estabelecer uma relação entre as teorias sociológicas de Simmel e as proposições filosóficas e políticas das feministas Judith Butler e Monique Wittig, aparentemente tão distantes não só no tempo, mas quanto às suas preocupações intelectuais? Simmel está distante de Wittig e de Butler quanto à percepção de uma imanência da natureza, e mesmo do social. Se a forma social é dada a priori – mesmo que apenas em pró-forma, em Wittig e em Butler nada há de natural, tampouco do social pode ser compreendido como dado, recusando-se a distinção entre abstrato e real “argumentando que os conceitos se formam e se difundem no âmbito da materialidade

da linguagem e que a linguagem funciona como uma maneira material para construir o mundo social” (Butler, 2003: 172).

Materialidade e linguagem também são preocupações de outras autoras feministas. Almeida (2007) destrincha a diferença de diversas categorias da violência de gênero: violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência de gênero. Todas elas estão sob o adjetivo de *mal-ditas* para autora, num jogo semântico, uma vez que sendo *mal-dita* para quem vivência e também *mal-dita* para quem tenta estudá-la. Femenías (2009) também corrobora, uma vez que a dominação simbólica arregimenta as possibilidades linguísticas, estipulando barreiras e limites interpretativos e da ordem das palavras com as quais temos que lidar, pois *“Desde un primer punto de mira, el lenguaje opera como principio de clausura: su límite es el límite de los significados que constituyen el mundo; en palabras de Wittgenstein, los límites de mi lenguaje significan los límites de mi mundo”* (ibidem, 2009: 344).

O que para os estudos das relações de gênero, para a autora implica em:

“el androcentrismo del lenguaje invisibiliza, obvia o evita un conjunto de temas, situaciones, puntos de vista, problemas o cuestiones, etc. propios de la condición de las mujeres”, (ibidem, 2009: 347)

Porém, ainda assim, e através da produção de neologismos, como defende a autora, que podemos desestabilizar a linguagem, como afirma Meyer (2009: 219):

“Como esses processos de significação são fundamentalmente linguísticos e se assume neste texto que “a linguagem vaza”, isto é, embora ela seja o único meio do qual dispomos para produzir e fixar significados, ela é incapaz de fazê-lo de uma vez para sempre, esses processos de significação são sempre indeterminados, ambíguos, provisórios e instáveis.” (Meyer, 2009:219).

Assim, as dinâmicas sociais de violência retratada pelos jovens incorrem em dificuldades de análise tanto pela complexidade do social, uma vez que não se apresentam em categorias destiladas como as que tentamos, por vezes, alcançar dentro das ciências sociais, como também pelo que já foi apresentando na introdução, quanto ao objeto de estudo em questão ainda não terem categorias e conceitos amplamente acordadas. Como sustentou Meyer, ao carregarem a marca de relações de poder e violência, as próprias categorias da linguagem usual oferecem uma dificuldade às

tentativas de expressar as experiências das vítimas dessas relações. Tal dificuldade não é insuperável, entretanto, pois os esforços de estabilização dos usos lingüísticos jamais podem suprimir completamente suas indeterminações e ambigüidades, as quais se prestam a usos criativos e transgressivos.

Por um lado, o investimento teórico pós-moderno do discurso carece em estabelecer diálogo com a sociologia clássica e objetivista de Simmel, que se preocupa em como a sociedade se faz possível. Entendo, por outro lado, que as múltiplas vertentes teóricas estão disponíveis para serem manejadas ao lado da realidade empírica, certo de que o sacrifício no dialogo entre enunciados conceituais e apreensão da realidade deve estar do lado da teoria, uma vez que essa é a ferramenta de compreensão e não dogma. Significa, portanto, que se uma proposta teórica não é elástica o suficiente para alcançar a realidade, outras podem ser convocadas.

Outra preocupação é com o alargamento dos estudos de gênero e o âmbito de sua interdisciplinaridade. Se a concentração faz com que ganhem muito nas capacidades interpretativas, também podemos caminhar para um exagero de especificação de campos temáticos, onde uma sociologia das relações de gênero passa a especializar-se, aprofundar-se tanto em si mesma que incorre, por vezes, na dificuldade de relacionar com outras áreas da sociologia, ou com sua teoria social. Enfatiza-se aqui que a demarcação de campos temáticos específicos não é percebida como um problema, pelo contrário, mas que o esforço inverso de possibilitar encontros explicativos entre as teorias sociológicas e as teorias de gênero só tem a somar para o progresso da produção de um conhecimento confiável sob a nossa realidade.

Dessa forma estamos nos remetemos à norma heterossexual e cisgênera como uma *forma* de *sociação* entre os indivíduos, que não pode ser percebida de imediato, mas apenas em sua ideia abstrata. Elas enquanto conteúdos do social não se explicitam, mas suas *formas* podem ser elucidadas e compreendidas – assim como podem ser elencados exemplos empíricos que se aproximam dela enquanto “tipo ideal”. Do mesmo modo que a ideia de patriarcado, a norma heterossexual e cisgênera estão presentes em nosso mundo ocidental, e pode manifestar-se de diversas maneiras.

Aqui a proposta de análise foi de entender como essa ocorre no interior das escolas do Distrito Federal. Talvez sendo conceitos menos ‘amarrados’ que o de

patriarcado, ainda assim a norma heterossexual e cisgênera informam sobre um modelo de dominação pelo seu controle político (tanto nas vias formais e institucionais, quando nas minúcias e cotidianidade) e ideológico. Para ficar em apenas dois exemplos: a) exploração pelas formas com que o mercado pode ser apropriar das relações homossexuais como um nicho consumidor e alavancar a uma ideia de cultura própria, escondendo e dificultando o entendimento de como casas noturnas e bares destinados ao público LGBT passam a existir justamente pela inoportunidade⁷ das relações homoafetivas em espaços públicos; b) assujeitamentos pela correspondência de comportamentos e práticas heterossexuais por sujeitos homossexuais, bissexuais e transgêneros, ou mesmo pelo conhecido ‘armário’.

Os conceitos patriarcado e de heteronormatividade (pensando conjuntamente com o padrão cisgênero) caracterizam-se pela ambição de descreverem uma realidade, um momento social e histórico específico, uma forma da dinâmica social. Enquanto relações de gênero nos instrumentalizam para acessar a realidade. A preocupação que se estabelece aqui retorna a Simmel por inquietar-se em como a heteronormatividade e o padrão cisgênero se mantêm na sociedade.

Se a proposição da heterossexualidade compulsória de Wittig (*apud* Butler, 2003) ou matriz de inteligibilidade heterossexual de Butler (2003), estamos falando de um modelo de pensar, agir, viver e sentir. Em Simmel (1983) iremos perceber que a tal modelo de organização do social, concebida (para Wittig e Butler como politicamente naturalizada e não natural) como natural, universal e normal (Louro, 2010) pode entender-se como *forma social*, uma vez que ela se mantêm através do tempo em nossa sociedade, mesmo tendo outros indivíduos que compõem esse sistema, ao mesmo passo que percebemos que para outras instituições que temos “o mesmo Estado, o mesmo exército, a mesma associação, que existe hoje e que já existia há dezenas e, talvez centenas de anos atrás” (Simmel, 1983: 50).

Outras referências da sociologia clássica e contemporânea poderiam ser convocadas nessa aproximação com Wittig e Butler. Ao final da primeira parte de *Problemas de gênero* (Butler, 2003), esta última situa a si própria em uma tradição de teoria crítica que remonta, no mínimo, à análise marxiana do fetichismo da mercadoria e

⁷ Para uma adjetivação mais eufemística e própria dos espaços acadêmicos.

que busca expor condições sócio-históricas vividas como naturais e inevitáveis na sua contingência, apontando ainda para as operações ideológicas de naturalização que as sustentam. Apesar de suas diferenças entre si, tanto Foucault como Bourdieu podem ser localizados nesse projeto intelectual. As reflexões de Butler sobre classificações simbólicas binárias também bebem no manancial estruturalista e pós-estruturalista. Central aqui é a ideia de que a identidade social não é apenas constituída de modo relacional (me defino como algo me diferenciando do outro), mas agonístico, isto é, implicando uma assimetria de poder e uma hierarquia de valor entre os dois elementos do binário (Woodward, 2000). Por último, com Bourdieu, vemos como sistemas simbólicos e sistemas sociais operam de maneira articulada. Os princípios de divisão do mundo social em diferentes categorias (de sexualidade, classe, gênero, raça etc.) são historicamente reproduzidos e ideologicamente legitimados ao serem interiorizados como princípios de visão do mundo (Peters, 2012).

III. Dados sobre o preconceito contra LGBTs no Brasil.

Aqui analisamos informações e dados de pesquisas já realizadas que procuram mensurar o preconceito e a violência contra lésbicas, gueis, bissexuais e transgêneros (travestis e transexuais) no Brasil, para que possamos afunilar até chegar aos dados produzidos nessa monografia, que investiga o preconceito e a violência contra homossexuais e transgêneros nas escolas do Distrito Federal. São analisadas três pesquisas realizadas com cobertura nacional, a saber: a) o “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011” da Secretaria de Direitos Humanos, publicada em 2012. b) A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a Fundação Alemã Rosa Luxemburgo Stiftung “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil”, publicada em 2011 e por fim, c) a pesquisa realizada pela UNESCO “Juventudes e Sexualidades” publicada em 2004.

Considera-se mais abrangente para a compreensão do fenômeno de preconceito e discriminação a pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, uma vez que essa se realizou em duas etapas: na primeira foi aplicado um *survey* nacional para 2.014 pessoas de ambos os sexos abrangendo um total de 150 municípios, de porte pequeno, médio e grande, distribuídos pelas cinco macrorregiões do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). A segunda etapa, destinada ao segmento específico de homossexuais, entrevistando 413 lésbicas e gueis, utilizando da técnica conhecida como “bola de neve”, ou seja, quando a amostra é colhida intencionalmente a partir de indicações.

Ainda, o “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011” consegue capturar melhor aquelas violências que foram denunciadas ao poder público, provenientes do Disque Direitos Humanos (Disque 100); da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180); do Disque Saúde e Ouvidoria do SUS; emails e correspondência direta encaminhada para o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT e Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT. Esse relatório aponta em sua sessão metodológica uma preocupação presente também nessa investigação:

“...entende-se homofobia como preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas. Neste

conceito apesar de não explicitados para melhor fluência do texto, estão incluídas a lesbofobia, a homofobia, a transfobia e a bifobia (ou seja, a LGBTfobia em geral)”. (Brasil, 2012: 12)

Já a pesquisa Juventudes e Sexualidades não tem a discriminação contra LGBT como foco principal, mas também nos traz informações interessantes, uma vez que produziu dados qualitativos, através de grupos focais, entrevistas em profundidade e observação *in loco*, bem como dados quantitativos coletados no interior da escola, lidando com alunas e alunos, mães, pais, responsáveis e professoras e professores. Foi realizada em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal, com uma amostra de 241 escolas e envolveu um total de 16.422 alunas e alunos. Mesmo tendo acontecido a mais de uma década, ela ainda hoje consegue nos dar importantes contribuições.

Já a nível mundial, Rodrigues (2011: 28) apresenta números sobre violações de direitos humanos contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. “Atualmente, relações homossexuais entre adultos continuam sendo criminalizados em 80 países. Em sete países, a pena para esse “crime” é a execução”.

3.1. Preconceito velado e homofobia no Brasil.

O *Índice de Preconceito Velado* contra LGBT, sistematizado na pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia, foi construído a partir de 22 perguntas, com 26 variáveis. Venturi (2011) já nos alerta sobre o cuidado que se faz necessário a uma leitura analítica sobre os dados quantitativos produzidos na pesquisa, ao enfatizar que:

“Os efeitos da aplicação de enunciados padronizados e da rígida seqüência de perguntas que devem caracterizar o instrumento de coleta, como do contexto em que se dá a interação pessoal e a dinâmica intersubjetiva entre entrevistador/a e informante, que necessariamente interferem nesse processo.” (Venturi, 2011: 176)

Significa também entender que o tamanho das afirmações provém “segundo a régua utilizada”. (ibidem, 2011: 176)

Três blocos de perguntas avaliaram o grau de preconceito, podendo haver pontuação de 2 pontos, 1 ponto ou 0 ponto para as respostas dadas. O primeiro bloco pontuando as respostas dadas quando questionadas: sobre a sensação que a pessoa sentia/tinha ao se encontrar com LGBTs, indo de a) Repulsa ou ódio (2 pontos), b)

antipatia (1 ponto), c) Indiferença (0 ponto), d) Satisfação alegria (0 ponto). O segundo bloco pontuando respostas dadas em grau de maior ou menor concordância, sobre opiniões como “A homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus”, ou “A homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada”, recebendo 2 pontos se concorda totalmente, 1 ponto se concorda em parte, 1 ponto se discorda em parte e 0 ponto se discorda totalmente. O terceiro bloco pontuando atitudes “O que você faria se...”, recebendo 0 ponto se a resposta fosse “Ficaria contente”, 0 ponto se “Não se importaria, acha isso indiferente”, 1 ponto se “Não gostaria, mas procuraria aceitar” e 2 pontos se “Não aceitaria de modo algum e mudaria... (de trabalho, de casa, de amizade, de médico, de professor, ou expulsaria de caso se o filho fosse gay ou a filha lésbica)”.

Os cálculos criaram um índice final que varia de 0 a 2, o primeiro tercil de 0,01 a 0,66 são aqueles que manifestam preconceito leve; o segundo tercil de 0,67 a 1,33 são aqueles que manifestam preconceito mediado; e o terceiro tercil de 1,34 a 2,0 são aqueles que manifestam preconceito forte.

A partir desse *Índice de Preconceito Velado*, foi construído um segundo índice, o *Índice de Homofobia* onde:

“...foram separados indivíduos declarada ou indiretamente com maior tendência à pratica de atos discriminatórios contra LGBT, de outros que, embora portadores de valores e crenças preconceituosas, não expressam abertamente aversão a LGBT nas situações de convívio (reais ou hipotéticas) testadas”. (Venturi, 2011: 180)

Como resultado do *Índice de Preconceito Velado*: 99% manifestam preconceito contra LGBT, sendo que 6% manifestam forte preconceito, 39% manifestam mediano preconceito, e 54% manifestam leve preconceito.

Como resultado do *Índice de Homofobia*: 25% são homofóbicos/as sendo 6% fortemente homofóbicos/as, 19% medianamente homofóbicos/as e 75% não homofóbicos/as.

O preconceito tende a ser visto como uma atitude reprovada pelas pessoas, o que justifica porque a discrepância de respostas quando primeiro perguntados se no Brasil existe preconceito contra travestis, 93% responderam positivamente (para 73% existe muito preconceito, para 16% existe um pouco de preconceito); contra transexuais, 91%

responderam positivamente (para 71% muito, e para 17% pouco); contra gays 92% responderam positivamente, (70% e 18% respectivamente); contra lésbicas 92% responde positivamente (69% e 20%, idem); contra bissexuais 90% responde positivamente (64% e 22%, idem).

Porém quando perguntadas se elas mesmas são preconceituosas, as respostas mudam drasticamente: “apenas 29% admitiram ter preconceito contra travestis (e só 12% muito), 28% contra transexuais (11% muito), 27% contra lésbicas e bissexuais (10% muito para ambos) e 26% contra gays (9% muito)” (Venturi, 2011)⁸

No *Índice de Preconceito Velado* contra LGBT também foram destrinchados e analisados separadamente colocando em evidência informações que distinguiam por região de moradia (Norte, Centro-Oeste, Nordeste, Sul e Sudeste), e por vivência urbana ou rural; também por sexo e idade; por escolaridade; situação conjugal; por renda per capita; religião; raça/cor; orientação e identidade sexual.

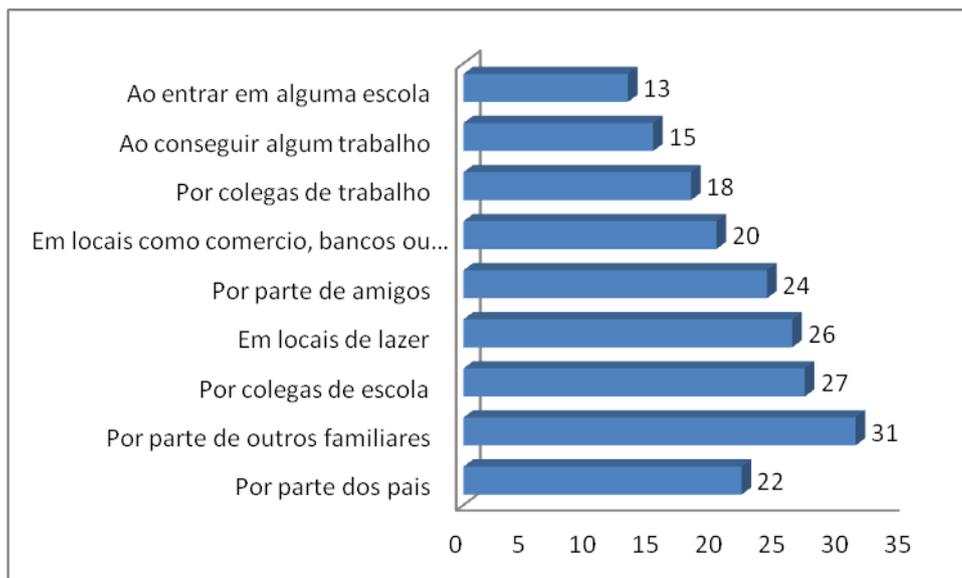
O cenário para Venturi é então de que:

- (a) Quase a totalidade da opinião pública reconhece a disseminação do preconceito contra os segmentos LGBT no Brasil;
- (b) cerca de metade pode ser considerada portadora de preconceito velado médio ou forte;
- (c) parcela relativamente alta de fato assume ser preconceituosa e (d) um quarto dá sinais de ter tendência média ou alta para comportamentos homofóbicos (Venturi, 2011: 182).

Quando a amostra de lésbicas e gays é questionada se alguma vez já sofreu discriminação por parte de uma lista de respostas estimuladas, a que recebe mais afirmativas é a que responde ter sofrido discriminação “por parte de outros familiares” com 31%, seguido de “por colegas de escola” 27%.

Gráfico 1: Agente discriminador. Amostra lésbicas e gays. Brasil, 2009

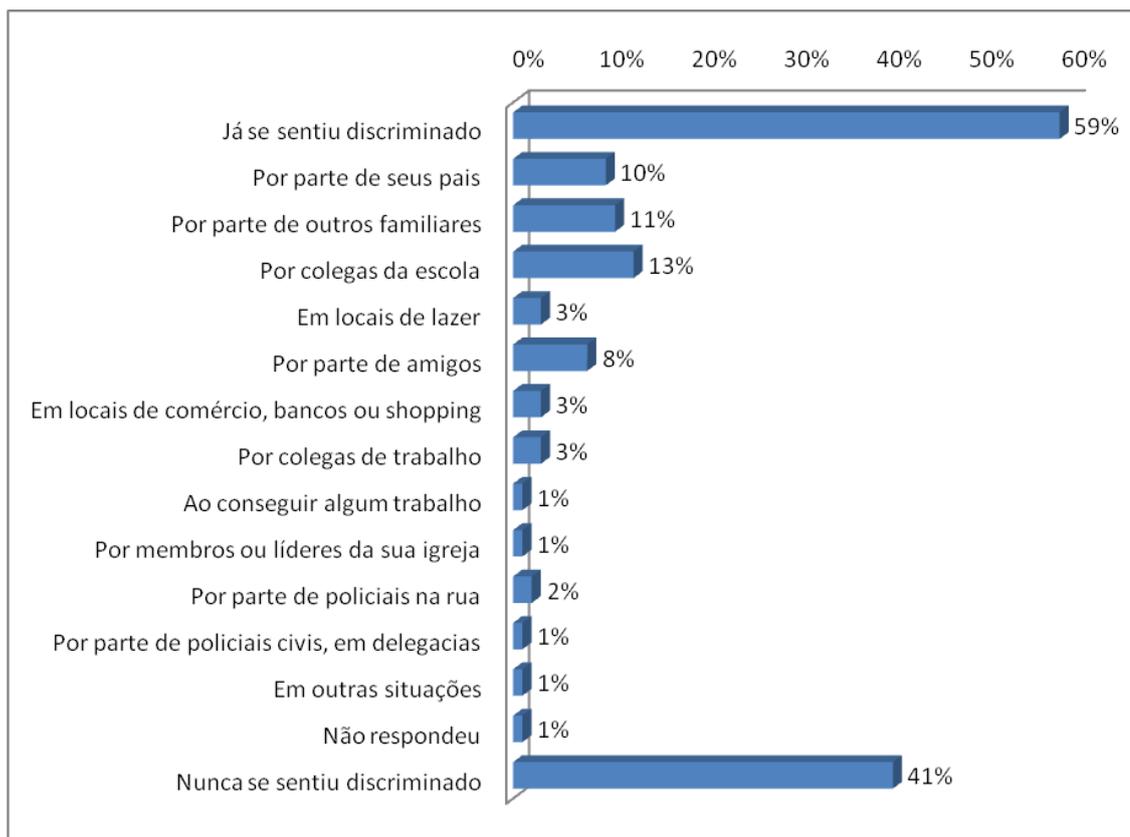
⁸ Para as informações apresentadas no artigo citado e referenciadas por anexo nessa edição da publicação “VENTURI, Gustavo. BOKANY, Vilma (org). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011” existe um descompasso nos gráficos, uma vez que as legendas apresentam informação inversa à descrita no artigo “Da construção dos dados à cultura da intolerância às diferenças”. Tendo sido prevaído aqui o que diz o texto. O autor foi procurado para que pudesse esclarecer, mas não houve resposta.



Fonte: Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. Venturi, G. Bokany, V. 2011

Porém, quando a pergunta direciona para a primeira vez em que se sofreu discriminação, os colegas de escola figuram como recordistas, com 13% das afirmações, é, portanto, na vida escolar que primeiro se depara com acusações e injúrias homofóbicas.

Gráfico 2: Primeira situação em que foi discriminado devido à orientação ou conduta sexual. Amostra lésbicas e gays. Brasil, 2009.



Fonte: Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. Venturi, G. Bokany, V. 2011

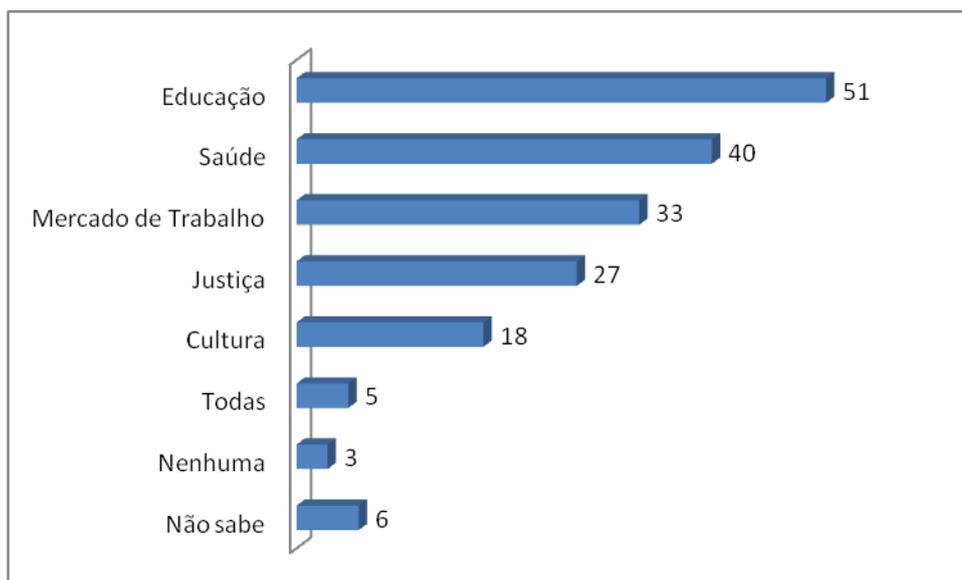
As e os jovens que passam a ter um entendimento que sua sexualidade ou identidade de gênero diverge do padrão aceitável passa, portanto, a estar entre dois ambientes de agressão, família e escola são os primeiros e principais agressores como mostram os números, e também os locais onde se passa mais tempo, uma vez que servem, em tese, como espaços de proteção para crianças adolescentes. Mas não é o que acontece, em grande parte para jovens homossexuais, bissexuais e transgêneros.

Quatro hipóteses complementares podem explicar o cenário brasileiro encontrado na pesquisa: a) o fato de que o preconceito homofóbico está dado de forma franca e aberta, ou seja, admite-se, o preconceito contra pessoas LGBTs, o que o torna ainda insuficientemente criticado na sociedade brasileira. Pois, não há sentimento de vergonha que impeça que as pessoas admitam seus preconceitos contra as pessoas LGBTs. O que está relacionado com um segundo fator: b) para quase metade da população a orientação sexual é compreendida como sendo uma escolha ou preferência – dessa forma é uma identidade passível de crítica, gozação e punição. Ainda, c) a ausência de legislação que puna a homofobia, uma vez que a aprovação de leis punitivas (como o

PL 122) expressam a aprovação dessa demanda como legítima. E por fim, d) o peso dos discursos religiosos, incidindo na legislação do país, é sintomático do dado que aponta que 58% das pessoas entrevistadas concordam totalmente com o enunciado “A homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus”, e 8% concordam em parte. (Venturi, 2011: 183).

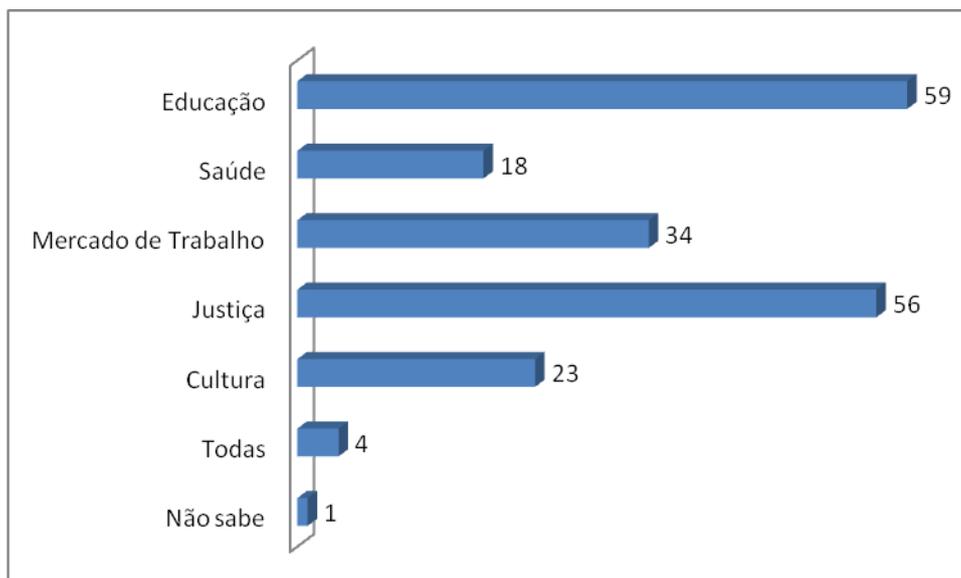
Por fim, uma informação fundamental para nós, é a que surge da pergunta proposta pelo *survey* tanto com a amostra da população geral (gráfico 3), como da população de lésbicas e gueis (gráfico 4), sobre qual das áreas mencionadas os governos deveriam atuar primeiro para combater a discriminação de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. Tendo nas duas amostras a preferência pela educação, sendo para a amostra da população geral com 51% das respostas, e para a amostra da população de lésbicas e gueis com 59%.

Gráfico 3: Principal área em que o governo deveria atuar para combater a homofobia no Brasil. Brasil, amostra geral, 2009.



Fonte: Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. Venturi, G. Bokany, V. 2011

Gráfico 4: Principal área em que o governo deveria atuar para combater a homofobia no Brasil. Amostra lésbicas e gueis. Brasil, 2009.



Fonte: Pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. Venturi, G. Bokany, V. 2011

3.2. Denúncias ao poder público e notícias da violência contra lésbicas e gueis, bissexuais, travestis e transexuais.

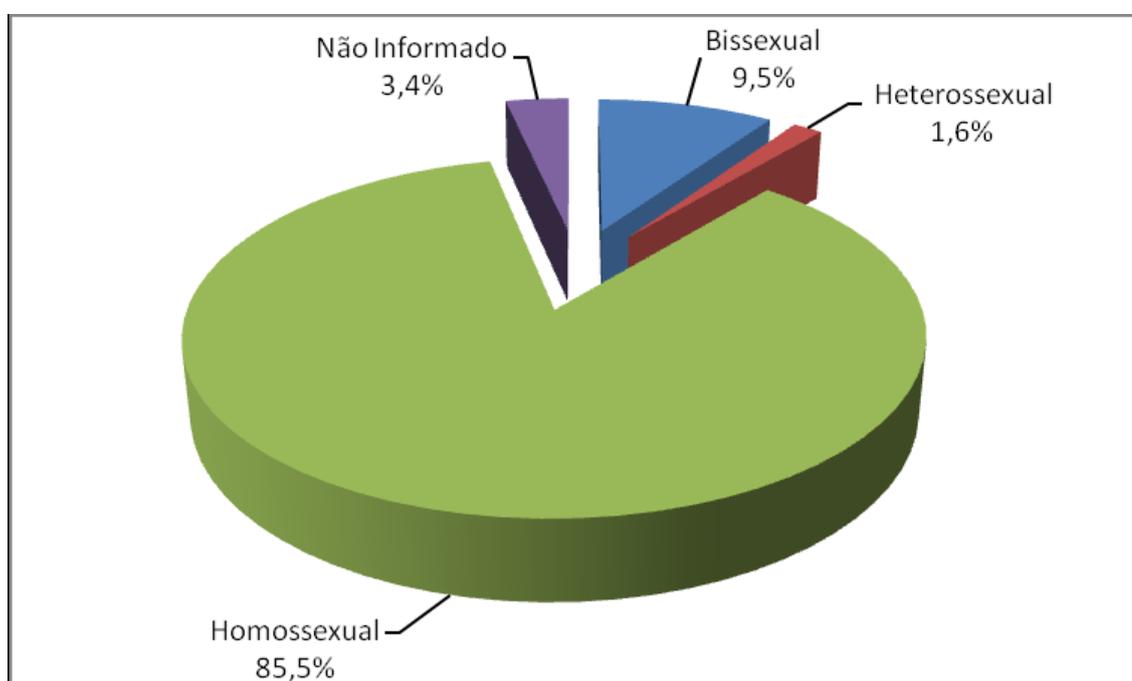
Chegamos agora a uma breve exposição do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (Brasil, 2012), que percebe a produção de dados estatísticos como passo fundamental para a compreensão da realidade brasileira e possibilidade de intervenção efetiva nela. Assim, como a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, descrita acima, a Secretaria de Direitos Humanos, também faz um alerta para o uso de dados estatísticos posto a dificuldade em definir conceitos adequados, em produzir informações confiáveis, bem como a necessidade de adequada interpretação dos dados (Brasil, 2012: 10).

Fazendo uso de diversas fontes para a produção dos dados, o que poderia levar a duplicação de informações, uma vez que uma mesma violação de direitos pode ser reportada em diversos órgãos, o cuidado em analisá-los de forma separada para que após isso aqueles que coincidissem nas características eram contabilizados uma única

vez. Além disso, a realização do que foi denominado de “relatório sombra” a partir de notícias veiculadas na mídia.

Para cada dia do ano de 2011 foi reportada uma média de 4,69 vítimas de violência ‘homofóbica’⁹ no Brasil, sendo que destas, 18,65 foram violações de direitos humanos de caráter ‘homofóbico’ por dia; significa, assim, que uma mesma vítima pode sofrer diversos tipos de violações reiteradas vezes, sendo uma média de 3,97 violações por vítima. Foram ao todo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos envolvidos. Trata-se de um dado importante destacado no Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5: Vítimas, segundo orientação sexual. Brasil, 2011.



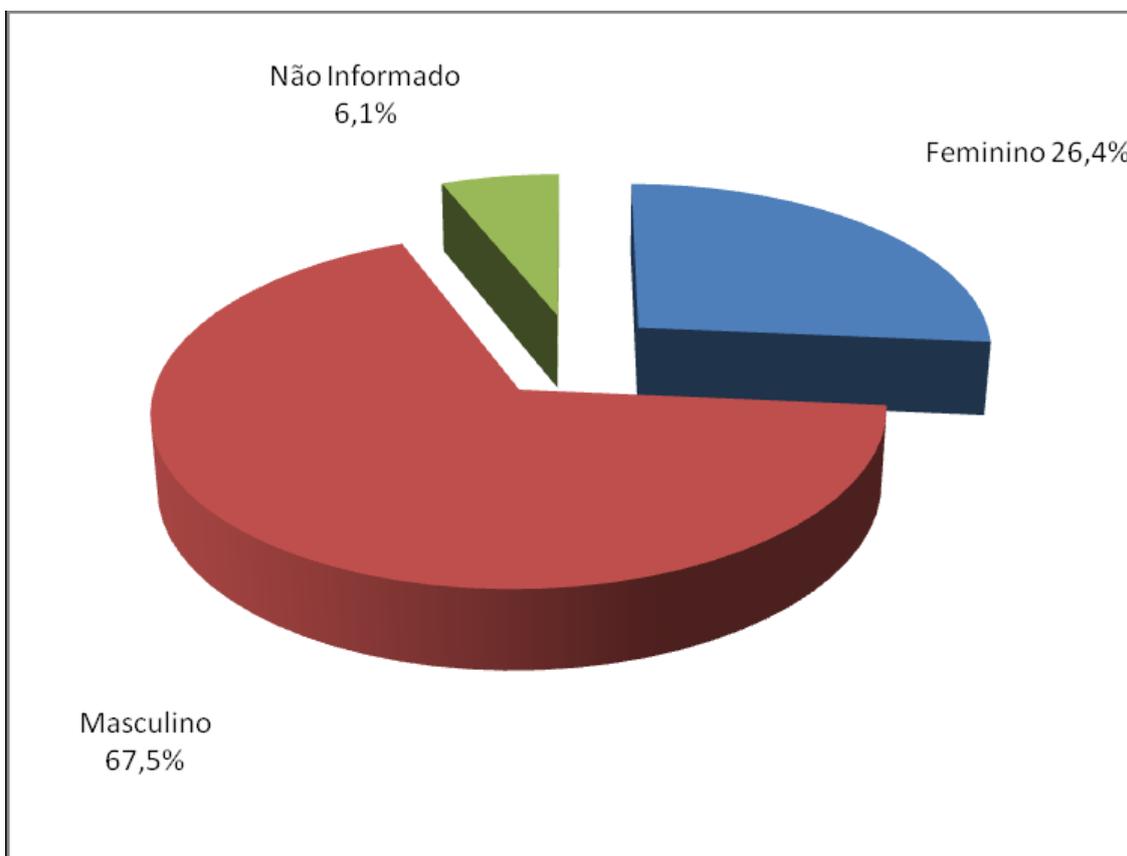
Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasil, 2012

Os dados acima informam que 85,5% das vítimas foram identificadas como homossexuais; 9,5% bissexuais; 1,6% heterossexuais e 3,4% não informada. O próprio relatório já nos alerta que na categoria homossexual podemos encontrar travestis e transexuais, pois “essa população pode ser considerada socialmente como homossexual em sentido amplo” (Brasil, 2012: 21). Para tentar identificar vítimas travestis e

⁹ Ainda que o relatório fale sobre violência homofóbica, estamos falando de violência também contra bissexuais e transgêneros. Para esses últimos a violência insurge por uma questão de identidade de gênero, e não pela sexualidade exatamente. Como o próprio o relatório já frisa, e está aqui citado na página 29.

transexuais, como de lésbicas e gays, dois outros gráficos são importantes: o primeiro diz sobre ao que está no relatório como sexo biológico, referindo-se como sendo a genitália identificada ao nascimento e da qual foi designado um primeiro gênero, a despeito da compreensão do indivíduo.

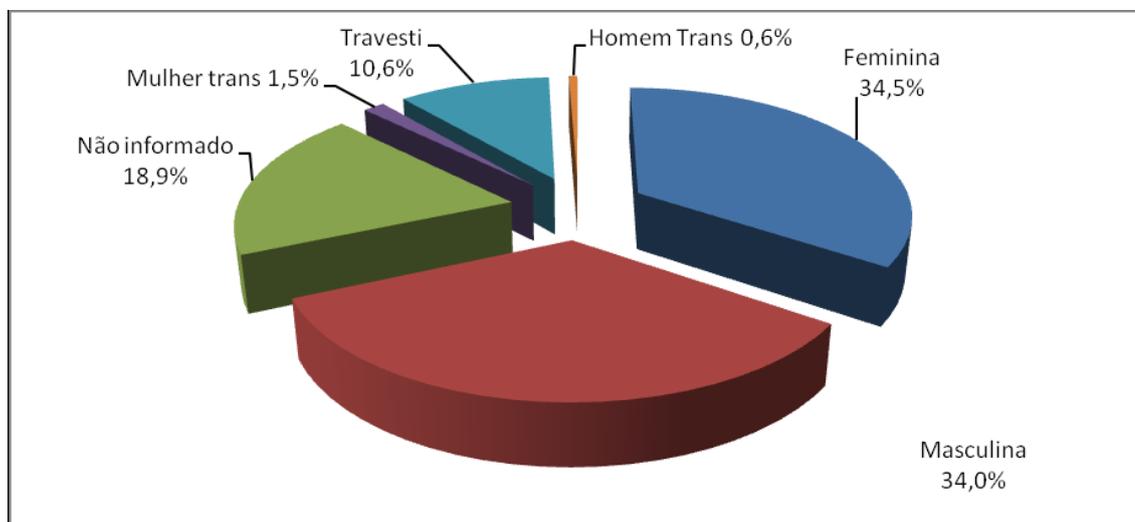
Gráfico 6: Vítimas, segundo a identificação do “sexo biológico”, Brasil, 2011.



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasil, 2012

O segundo gráfico direciona para questionamento da identidade de gênero, independente de como foi designada por terceiros ao nascer, apesar de que as categorias travesti e transexual passaram a ser computadas apenas a partir de maio de 2011.

Gráfico 7: Vítimas, segundo identidade de gênero, Brasil, 2011.



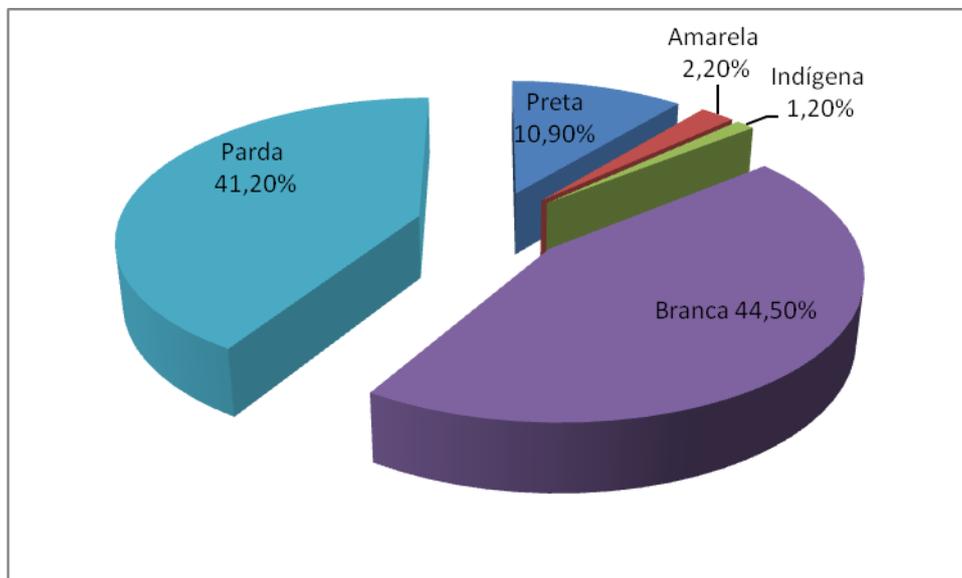
Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasil, 2012

O relatório destaca a diferença de dados sobre violência contra homens e mulheres transexuais, e travestis contidos nos dados oficiais e nos dados hemerográficos¹⁰, uma vez que o elevado valor de “não informado” justifica-se pela expressão ‘identidade de gênero’ não ser comum e pelo nível de vulnerabilidade dessa população, que apresentando, provavelmente, dificuldades em acessar as vias do Estado; e claro, a própria violência institucional que essa população em especial vivência em relação aos agentes do Estado ao procurarem às delegacias, os hospitais e às escolas etc.

Já os dados sobre raça/cor apresentam quase uma equivalência entre vítimas brancas e negras (pretas e pretos, pardas e pardos), que o próprio relatório aproxima dos dados do IBGE sobre a composição racial brasileira.

¹⁰ Dados hemerográficos são aqueles que são produzidos a partir das notícias veiculadas em jornais.

Gráfico 8: Vítimas, segundo a condição de raça/cor auto-declarada. Brasil, 2011.

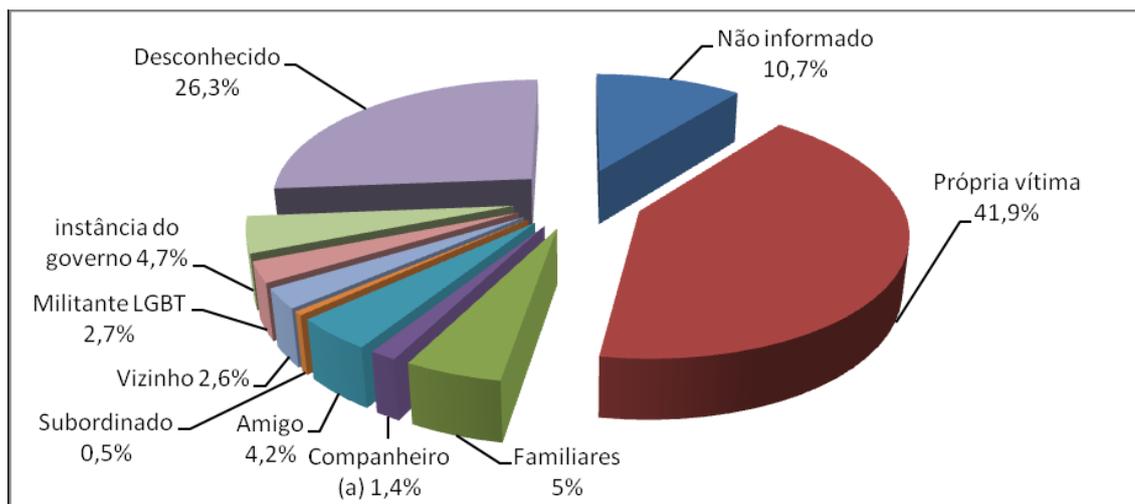


Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasil, 2012

Ainda assim, a mesma lógica de explicação que usamos para compreender o baixo índice de denúncias por mulheres e homens transexuais e travestis, podemos exercitar aqui, uma vez que, os dados sobre raça/cor só nos fazem úteis numa sociedade marcada pelo racismo, esse preconceito também é variável que dificulta o acesso dessa população para os serviços do Estado.

Apesar de o relatório apontar a informação como cor/raça auto-declarada, é importante ressaltar que estamos indicando a declaração de quem efetiva a denúncia, que em apenas 41,9% dos casos é feito pela própria vítima, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 9: Relação entre vítima e denunciante da violação. Brasil, 2011.

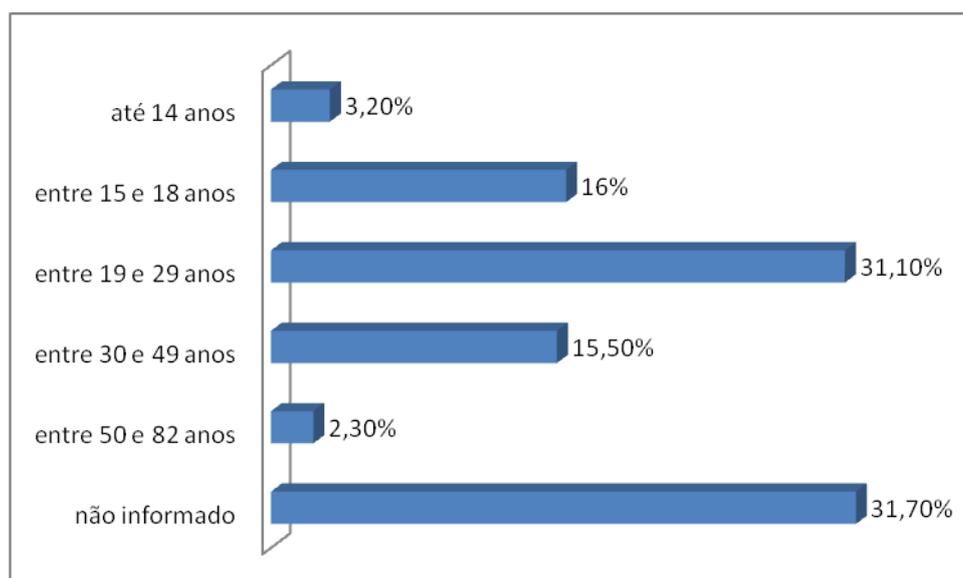


Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasil, 2012

Enquanto 41,9% das denúncias são feitas pela própria vítima, e em 26,3% a/o denunciante não conhece a vítima, apenas 5% das denúncias são realizadas por familiares – principalmente filhas, filhos, irmãs e irmãos da vítima (Brasil, 2012: 19). Ainda que os dados não explicitem isso, parece que a família não figura como uma instância de proteção, uma vez que os dados não a demonstram estando ao lado da vítima para realização da denúncia.

Ainda sobre o perfil da vítima, o relatório mostra que 3,2% têm até 14 anos; entre 15 e 18 anos são 16%; entre 19 e 29 anos são 31,1%. Até ai, portanto são 50,3%. Entre 30 e 82 anos são 17,8% e em 31,7% das denúncias a idade da vítima não foi informada.

Gráfico 10: Vítimas, segundo faixa etária. Brasil, 2011.



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasil, 2012

Quando passamos para análise das informações sobre as suspeitas e os suspeitos, há um aumento drástico de informações ausentes. Quando ao ‘sexo biológico’, 34,5% das denúncias afirmam ser uma suspeita, e 52,5% ser um suspeito, e os outros 12,9% não há informações. Quando a categoria muda para identidade de gênero, há 46,9% de não informação.

Contudo, ao relacionar as informações sobre a relação entre vítima e suspeito, isso é, se a vítima conhecia seu algoz, com os dados sobre ‘sexo biológico’, temos um aumento considerável de suspeitas quando existe relação. Enquanto vítima e algoz não se conhecem, as suspeitas (feminino) são 20,9%, e para quando se conhecem esse número aumenta para 42,9%.

Quadro 2: Suspeitos por sexo, segundo grau de grau de relacionamento entre vítimas e agressores. Brasil, 2011.

Sexo do suspeito	Relação da vítima com o suspeito			Total
	Desconhecido	Conhecido	Não informado	
Feminino	20,9%	42,9%	17,4%	34,5%
Masculino	61,8%	49,6%	36,4%	52,5%
Não informado	17,3%	7,5%	46,2%	12,9%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasil, 2012

Para informação da orientação sexual das suspeitas e suspeitos, em 44,4% das denúncias não há registros. Sendo 43,9% heterossexual, 9,5% homossexual, 2,2% bissexual.

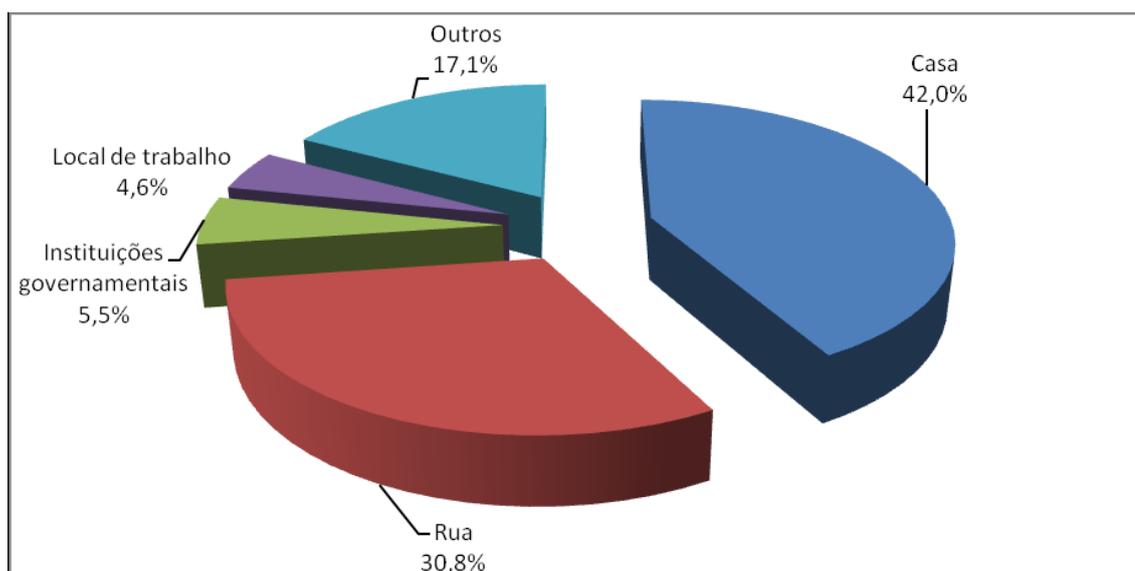
Para raça/cor 34,9% não está informado, negra (incluindo a pardas e pardos, pretas e pretos) fica em 32,3%, branca 31,2%, amarela 0,7%, indígena 0,9%.

Para as informações de idade, 55,2% não está informado, com maior concentração entre 15 e 29 anos com 18,1%, seguindo de 30 a 39 anos com 10,1%.

Por fim, para escolaridade, temos 73,1% não informado.

Quando o relatório parte para análise do fenômeno de violações de direitos em si, a primeira informação diz, sem dizer, sobre o objeto aqui estudado. A descrição de locais de ocorrência das violações mostra que 42% delas acontecem em casa, 30,8% na rua, 5,5% em instituições governamentais, 4,6% no local de trabalho e 17,1% em outros.

Gráfico 11: Violações, segundo local de ocorrência. Brasil, 2011



Fonte: Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: o ano de 2011. Brasil, 2012

As informações quantitativas sobre a violência dentro da escola são melhor esclarecidas com os dados da pesquisa realizada pela UNESCO, Juventudes e Sexualidades. Contudo a expressividade das violações que acontecem em casa nos remete a preponderância que a violência de gênero apresenta no ambiente doméstico. A categoria rua também pode esconder a resolução de conflitos de forma violenta que surgem em outros lugares, como a própria residência, e a escola. Fato reportado nas entrevistas coletadas para essa monografia, da qual será tratada posteriormente. As instituições governamentais apresentadas têm como escolas ou universidade 3,9% do total das violações.

Os tipos de violação foram divididos em 13 categorias: violência psicológica; discriminação; violência física; negligência; violência sexual; violência institucional; abuso financeiro e econômico; tráfico de pessoas; tortura; exploração do trabalho infantil; trabalho escravo; outros e não informado. A violência psicológica é a mais recorrente ocorrendo em 42,5% das vezes. Este fenômeno está ligado à característica de essa ocorrer a priori das outras, uma vez que se expressa por meio da linguagem, com xingamentos, piadas, desenhos, sinais etc “Dentre os tipos mais reportados de violência psicológica encontram-se as humilhações (32,3%), as hostilizações (25,9%) e as ameaças (20,6%).” (Brasil, 2012: 42).

Chama a atenção que a tortura por preconceito contra pessoas LGBT no Brasil aconteceu 15 vezes no ano de 2011. O abuso financeiro e econômico, a exploração do trabalho e o trabalho escravo podem ter interação com uma característica peculiar desse tipo de opressão, uma vez que o medo de ter exposto a público a sexualidade, as vítimas podem se sentirem obrigadas a realizar atividades para que seus algozes não as revelem, espécie de chantagem, essa também atrelada à violência psicológica.

Dentre as violências físicas, a mais reportada é a de lesão corporal com 55,7%, seguido pelos maus tratos, com 31,8%. Ainda são explicitadas as informações de tipo de negligência, faixa etária das vítimas de negligência; subtipo de violências sexuais; subtipo de violências institucionais; subtipo de violência patrimonial; subtipo de tráfico de pessoas, se nacional ou internacional; e subtipo de tortura.

Quanto aos dados hemerográficos, foram noticiados nos jornais brasileiros 478 violações contra a população LGBT, com 478 vítimas e 652 suspeitos, desses 278 homicídios ocorridos no ano de 2011. A partir desses dados o relatório apresenta novo perfil das vítimas e de suspeitos.

O relatório é finalizado com 11 recomendações ao poder público. Chegando também a conclusão de que a ‘homofobia’ é estrutural; que a construção social da masculinidade sente-se ameaçada por outras expressões ou práticas de sexualidades que não a heterossexual; que tudo que foge a heterossexualidade tende a ser visto como doentio, criminoso ou que necessita de correção; essa correção se dá de forma violenta; a homofobia é mais latente na população negra e na população jovem; e que a população de transexuais e travestis merece especial atenção pelo alto índice de homicídios revelados pelos dados hemerográficos.

A invisibilidade das travestis e de homens e mulheres transexuais se expressa também na capacidade do poder público em coletar essas informações, uma vez que essa expressão da identidade de gênero é pouco assimilada pela população em geral. As informações etárias também apresentam um alto índice de denuncia de violência sofrida por LGBTs entre 15 e 29 anos, o que não necessariamente indica uma maior incidência da violência contra essa faixa etária da população, mas talvez justamente um maior esclarecimento das possibilidades de denuncia junto ao poder público. Quando analisamos as denuncias de violência e discriminação sejam elas contra mulheres,

LGBTs ou de cunho racistas, o crescente aumento de denúncias ainda indica um avanço em nossas políticas públicas, uma vez que se alcança a maior conscientização dessas populações. As informações contidas nesse Relatório são fundamentais para a compreensão do acesso aos serviços do poder público, e como ocorrem as denúncias por violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

3.3. Preconceito e discriminação contra lésbicas, gueis, bissexuais, travestis e transexuais nas escolas de 14 capitais brasileiras.

Com a pesquisa Juventudes e Sexualidades podemos lançar uma lupa sobre as dinâmicas do preconceito contra pessoas LGBT dentro das escolas. Nas duas pesquisas descritas anteriormente, a categoria homofobia aparece como uma síntese do preconceito expressado contra homossexuais, bissexuais e transgêneros, reconhecendo suas distintas dinâmicas, mas o mesmo não está explícito nessa. Ainda assim, é quase um corolário ontológico que, em uma a pesquisa sobre homofobia acabemos também medindo ou lidando com o preconceito contra travestis e transexuais, uma vez que como já colocado, para o imaginário social amplo, ainda há pouca distinção entre sexualidades e identidade de gênero, podendo a travesti ser categorizada em mesma nomenclatura pejorativa que homens homossexuais, por exemplo. Ainda que isso não justifique um abandono das categorias de travestis e transexuais na operacionalização dos conceitos.

A primeira informação da pesquisa apresentada mostra o que alunas e alunos do ensino médio que foram entrevistados hierarquizam como violência, de acordo com opções estimuladas, estando para os meninos “bater em homossexuais” em sexto lugar, e para meninas em terceiro lugar. A distinção de gênero portanto para a lida com as violências é bem evidente. A começar já pela diferença de compreensão do estupro, que em última instancia, é uma forma de violência que assola na grande maioria dos casos as mulheres. Apesar de para ambos o estupro estar em segundo lugar, uma diferença de 15,5 pontos percentuais separa os dois grupos. A violência contra homossexuais, designada por ‘bater em homossexuais’ – que como já colocado anteriormente não descarta que a resposta das alunas e alunos também se refira a ‘bater em travestis e transexuais’ – primeiramente já se coloca como uma violência comparável as outras, e, portanto, como participe do rol de violências cotidianas, e isso não apenas por um

estímulo da própria pesquisa, mas também pelas respostas que consegue englobá-la as demais.

Se bater em homossexuais é a ação menos violenta para os meninos, isso corrobora com a própria produção da masculinidade que acontece via a negação de qualquer forma do feminino, e também da homossexualidade, travestilidade e transexualidade.

Tabela 1 - Proporção de alunos do ensino fundamental e médio, por sexo e por ordem de indicação, segundo as cinco ações consideradas mais violentas. Brasil – conjunto de 14 cidades, 2000

Ações consideradas mais violentas ²	Masculino		Feminino	
	Posição	(%)	Posição	(%)
Atirar em alguém	1º	82,6	1º	86,3
Estuprar	2º	68,5	2º	84,0
Bater em homossexuais	6º	36,1	3º	47,8
Usar drogas	3º	48,1	4º	46,0
Roubar	4º	45,3	5º	44,6
Andar armado	5º	44,0	6º	42,1

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

Alunas e alunos foram questionados dentro de uma lista, quais das pessoas não gostariam de ter como colegas de classe. A média final de todas as respostas mostra que 27% assinalaram a opção “homossexuais”, enquanto 34,6% dos pais, quando questionados quais das pessoas não gostariam que fossem colegas de classe do filho, responderam “homossexuais”. Corrobora-se aí a hipótese de que a homofobia constitui e modela a masculinidade (Borrillo, 2010; Badinter, 1992).

A pesquisa Juventudes e Sexualidades mostra também a diferença de percepção sobre lésbicas e gueis, sendo as lésbicas menos citadas, porém estigmatizadas da mesma forma. Acredita-se que existam mais gueis do que lésbicas, o que também indica a própria invisibilidade desse segmento. (Abramovay, 2004: 284).

Traz-se também um destaque para a linguagem, por demonstrar como as pessoas enxergam o mundo e também o nomeiam, no caso estudado é recorrente o intuito de “humilhar, discriminar, ofender, ignorar, isolar, tyrannizar e ameaçar.” (ibidem, 2004: 287). Com isso as piadas trazem uma banalização, um sentimento de indiferença para o que acontece, pois cai no campo da brincadeira. Segunda a professora de Goiânia,

entrevistada: *Eles [os alunos] têm alguma reserva com um aluno [homossexual] que nós temos aqui. Então, às vezes, eles falam alguma coisinha, mas não para o aluno. Então a gente tenta chamar a atenção, mas não é nada tão grave não.* (Abramovay, 2004: 288)

A violência que se tenta esconder por trás do que é tido como apenas piada, ou não tão grave pode ter desfecho como o que está registrado na fala de um aluno de Salvador, durante um grupo focal que conta que a perturbação e as brincadeiras levaram a evasão escolar de um aluno homossexual:

Na minha sala, tinha um menino homossexual e a galera, os meninos, o perturbaram tanto até ele sair da escola, não voltou. Ele chegava assim, todo assim, e os meninos ficavam perturbando, fazendo hora, brincando. Acabou que teve de sair da escola porque foi muito forte a história. Acho que deveria ter mais campanha na escola para alertar a galera que vivemos num país democrático. Hoje cada um é e pode ser o que quer. Acho que é importante respeitar os outros. (Grupo focal com alunos, escola pública, Salvador) (Abramovay, 2004: 287)

Mas ainda quando se procura combater as piadas, isso não significa uma compreensão ampla da homossexualidade, bissexualidade e transgeneridade, no imaginário de alguns pais e mães, e mesmo de algumas professoras e professores, são como desvios ou doenças, como fica evidente no que a professora de Cuiabá retrata no grupo focal:

Nessa escola, no meu turno, nós temos casos de alguns rapazes que têm deficiência e isso no começo que eles aparecem e se matriculam, no começo do ano, já é uma dificuldade, pelo menos para mim. Tenho essa dificuldade de trabalhar a respeito e eu procuro evitar esse tipo de piadinha, chacota, entendeu? Orientando dentro da minha disciplina, então volta e meia eu faço o quê? Eu tento fazer um comentário extra, eu tento de alguma forma este conhecimento, essas informações em respeito ao direito do outro de escolher a sua própria sexualidade. (Grupo focal com professores, escola pública, Cuiabá) (Abramovay, 2004: 292)

Quando as alunas e alunos são questionados se concordam com a frase “Homossexualismo é uma doença”, a média final de todas as capitais pesquisadas mostra que 14,8% acreditavam nisso no ano de 2000. Se comparada aos dados da pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil, publicada no ano de 2011, com a população geral 29% concordam totalmente com frase semelhante: “A

homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada”, enquanto 12% concorda em parte. Ainda que essa comparação possa indicar uma diferença geracional no comportamento, a pesquisa da Perseu Abramo (Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil) na composição da ‘Manifestação indireta de preconceito contra LGBT’ não é capaz de afirmar isso, uma vez que a diferença de pontos percentuais na manifestação de preconceito por idade é muito pequena entre os agrupamentos, tendo uma diferença significativa apenas nos grupos com mais de 60 anos. Contudo no *Índice de Homofobia*, que faz um recorte apenas das perguntas que expressam “inequivocadamente preconceito contra LGBTs”, o grupo de 16 e 17 anos apresenta índice próximo do grupo com mais de 60 anos para os homens, sendo homofóbicos no primeiro caso 47% dos entrevistados, e no segundo caso 48%. Já para as mulheres o grupo de 16 e 17 anos tem 21% de homofóbicas, e o grupo de 60 anos ou mais 38% de homofóbicas. Ambos os grupos, masculino ou feminino apresentam índices de homofobia que decaem até chegar aos grupos de 35 a 44 anos, tornando a subir. (Venturi, G. Bokany, V. 2011: 205, 211).

Por fim, a pesquisa Juventudes e Sexualidades demonstra que apesar da escola ser percebida por alguns como o espaço devido de combate a discriminação, como ilustra a fala da professora de Maceió:

Eu acho que a escola tem que brigar contra. Tem que fazer de tudo pra acabar com o preconceito. Eu acho que esse é o papel da escola humanizar mais as pessoas, trabalhar a diversidade, o respeito, o sexo, a classe. É, tudo. (Abramovay, 2004: 297)

Opinião também verbalizada por outras pessoas entrevistadas, percebe-se que isso acontece de maneira informal, relatando-se também a falta de preparo que professoras e professores e gestores sentem em relação a como lidar com o preconceito em sala, o que desemboca em atitudes pontuais, e não consistente para que haja familiaridade com o assunto, e que se possa socializar o indivíduo para a diferença. (Abramovay, 2004: 298)

A escola se apresenta como um espaço onde o preconceito e a discriminação contra LGBTs é presente, figurando em muitas formas, podendo vir das alunas e alunos, a pouco consideradas pelas professoras e professores. Desconsidera-se assim o sofrimento das pessoas LGBTs, que pouco ou nunca são escutadas, e por outro lado consegue legitimar para as demais alunas e alunos que a homofobia, como uma ação do

cotidiano não problematizável ou reprovável, muito pelo contrário, para os meninos em especial como ação fundamental para construção de suas identidades.

Dessa forma, apresentamos um panorama geral da discriminação e preconceito contra homossexuais (lésbicas e gays), bissexuais e transgêneros (travestis e transexuais) em um âmbito mais geral, com a pesquisa Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil; com o Relatório de Violência Homofóbica temos um foco nas violências que chegam a conhecimento do poder público, e por fim a pesquisa Juventudes e Sexualidade nos redirecionou para a percepção de quem está dentro (corpo discente, docente e demais funcionárias e funcionários) ou em torno da escola (família).

IV. Expressões violentas da norma heterossexual e cisgênera.

Para Walby (2013) o conflito e a violência eram temas centrais para a teoria social, mas foram se afastando no período do pós-guerra, apesar de não desaparecerem, foram tornando-se fragmentados. Atualmente “*there’s a re-emergence of violence as more central to sociology partly as consequence of the greater inclusion of views from the south, from women and minorities*”¹¹. Essa é a própria história dos estudos feministas no Brasil, que tem insurgência na compreensão da violência de gênero.

Como já colocado, os estudos que se propõem elucidar questões sociais anteriormente não colocadas deparam-se com uma dificuldade de precisão conceitual. Para Borrillo (2010:13) a homofobia designa o outro como contrário, inferior ou anormal, do mesmo modo que a xenofobia e o racismo “sendo posicionado fora do universo dos humanos”.

Há a possibilidade de caracterização da homofobia como uma disposição psicológica, como o nome pode sugerir e de onde de fato ele vem, uma vez que para Borrillo a invenção da palavra é de K. T. Smith, que estudava a personalidade de uma pessoa homofóbica (1971), e que um ano mais tarde, surge a definição de G. Weinberg como “o receio de estar perto com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo” (Weinberg, 1972 apud Borrillo, 2010: 21). No entanto o que estamos estudando aqui é um fenômeno social, que tem incidência psicológica nas pessoas, como apresentado em Butler e Wittig, pois de fato incide e arregimenta a própria lógica do pensamento humano.

Sexismo e homofobia são como dois instrumentos, como dois braços do regime binário de sexualidades. A naturalização por vias ideológicas de contingências sócio-históricas da condição feminina apresentada por Bourdieu (2010) é o que legitima a dominação simbólica, podendo ser colocada também como *violência simbólica*, uma vez que a violência se exerce nas palavras. Essa proposta está presente, de certa forma, nas teorias pós-modernas apresentadas, que trazem consigo uma perspectiva também de violência simbólica que implica na naturalização da heterossexualidade como

¹¹ Tradução livre: Há uma reemergência da violência de maneira mais central na sociologia, em parte como consequência da grande inclusão das perspectivas do sul, das mulheres e das minorias

ontológica as relações sexuais, adjetivando de forma pejorativa e negativa tudo que se afaste dela. A primeira análise, a bourdiesiana, faz-se pela reflexividade crítica, já a segunda por uma epistemologia política.¹²

Borrillo não trabalha com a categoria heteronormatividade, com a qual temos nos expressado, tampouco faz referências em sua obra à filósofa Judith Butler, ainda assim a expressão heterossexismo tem definição semelhante à de heteronormatividade:

“A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização” (Borrillo, 2010: 31)

Embora a heteronormatividade e o padrão cisgênero estruture a nossa sociedade, a depender do contexto social analisado, bem como do contexto intrarrelacional entre os sujeitos, os dispositivos heteronormativos socializados expressar-se-ão de distintas formas. Para conseguir capturar esses momentos fazemos o uso das entrevistas da pesquisa.

Passaremos aqui a uma análise dos processos violentos sobre os quais reportam os entrevistados vivenciados ou não em suas vidas, e como enxergam isso.

Para Marcelo, 19 anos, o ostracismo familiar é uma ameaça constante, motivo para que não exponha sua sexualidade em casa.

“Eu venho de um núcleo familiar religioso, meus pais são evangélicos, eles não sabem que eu sou homossexual, porque meu pai fala “Se for um filho homossexual, de jeito nenhum, jogo para fora de casa”. Meu irmão também. Isso me afeta muito, sabe? É algo que tenho mais medo na minha vida é isso, perder minha família por conta da minha sexualidade” (Marcelo)

¹² Ainda que a obra *A Dominação Masculina* de Pierre Bourdieu venha sendo acusada de fazer uso não referenciado de uma reflexão social e política, portando situacional, das feministas francesas.

Percebe-se que a ameaça familiar de violência ao obrigar Marcelo que não exponha parte do que o constituiu, ou seja, sua sexualidade, também trabalha no sentido do apagamento da própria homossexualidade, uma vez que não exposta, passa quase como não existir. Sua identidade como sujeito social é anulada em função de ser ‘obrigado’ a negar-se. Pela família lhe é imposto um opressivo silêncio. O que expressa Marcelo também é recorrente em outras entrevistas. Apesar do foco da pesquisa estar nas relações vivenciadas na escola, sobressai o peso dos valores religiosos presentes da escola e na família.

A violência de gênero, e, portanto, as homofobias e transfobias têm característica disposicional (Lahire, 2006), estando presentes na estrutura social, mas podem ou não se tornar ações:

“concepções dominantes de feminilidade e masculinidade, que vão se configurando a partir de disputas simbólicas e materiais, processadas, dentre outros espaços, nas instituições cuja funcionalidade no processo de reprodução social é inconteste – marcadamente a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação...” (Almeida, 2009: 27)

Tais disputas materiais que se configuram para as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade estão expressas na fala de Lisa, de 24 anos, que relata o esforço pessoal em usar roupas caracterizadas como femininas para que a alcunha de sapatão dada pelos colegas pudesse ser amenizada:

“Todo mundo começou a me chamar de sapatão na 5ª série, por conta da roupa, eu comecei a ver que as pessoas perceberam que de fato eu era sapatão, sem eu mesma saber, era como se a galera tivesse me avisando que eu tinha que mudar aquilo, e aí foi quando na 7ª e 8ª série eu tentei me encaixar dentro de alguns padrões na escola, então eu comecei a não usar bermuda, comecei a usar o cabelo solto. Comecei a usar short, blusa apertada, e eu comecei de propósito a usar roupa dessa forma. Eu tentava reafirmar o fato de não ser lésbica pela roupa, porque o primeiro ponto que me chamaram de sapatão foi pela roupa, mas como eu já tava numa escola que não tinham muitas mudanças de pessoas, e tal, não era uma escola grande, independente de eu usar um short ou não, tudo ficou ainda perverso na sexualidade, porque aí eu usava um short apertado, e aí eu ouvia dos meninos da

sala que eles queriam me comer com outra garota, e tipo coisas assim.” (Lisa)

Assim, a forma de se vestir está intimamente ligada a estar mais próxima ou mais distante de uma representação social de feminino, de como se espera que as mulheres se vistam. O distanciamento dessa matriz implica em sofrer retaliações e gozações dos colegas. Essas retaliações e gozações, como ser chamada de sapatão, implicam no que Lisa coloca como uma acusação antecipatória de sua própria sexualidade. Antes mesma que ela se reconheça naquela identidade, terceiros a acusam de pertencer a ela.

Quando perguntei ao Marcelo se ele acha que um homossexual tido como mais afeminado, portanto mais distante do matriz heteronormativa, seria mais perseguidos, ele responde afirmativamente, relatando o caso de um homossexual de sua escola:

“Não chegava a haver agressões físicas, só empurrão, essas coisas”

“Eu acho que tem sim essa diferença de homossexuais mais ou menos afeminados. Um exemplo é ele, né. Eu acho que as pessoas evitavam mais ele..., tinham outros gueis na minha escola, mas tinha gueis que eram bastante inseridos em outros grupos, que não havia tantos preconceitos em relação a isso, contra alguém que era..., com ele era bastante” (Marcelo)

Para Marcelo a violência que percebia acontecer com outros homossexuais funcionava e funciona como uma forma de construir sua própria identidade.

“Sim, eu penso ainda desse jeito. Não sei se é felizmente ou infelizmente. Mas era, porque eu via como ele sofria assim. Via que ele tentava fugir daquilo, mas tava...era muito forte as agressões verbais, físicas...” (Marcelo)

Esse aluno a que Marcelo se refere apanhou de outros alunos da escola, fora do ambiente escolar. A homossexualidade como desvio ou sujeira é alvo de tentativa de purificação através da violência, como Marcelo deixa claro:

“Já bateram nele assim por ele ser homossexual como uma forma de deixar... de tirar a homossexualidade dele, pra ele virar macho” (Marcelo)

Thaynã, guei, de 19 anos, era alvo de acusações de cunho religioso por um professor no ensino fundamental. “Ele sempre falava que eu ia para o inferno”. Durante o ensino fundamental e médio, Thaynã relata que nunca foi alvo de agressões ou violência diretas, mas havia uma segregação, ao mesmo tempo em que reconhece a existência de um mundo avesso a sua sexualidade “Eu acho que a vida foi um pouco branda comigo até agora”.

Já Alice, mulher transexual, 27 anos, foi alvo de uma ‘chuva de abacates’.

“No primeiro ano, nesse ano depois de eu ter me assumido perante a escola, eu tava andando pelo pátio principal da escola, e vários *playboys* me tacaram uns quatro abacates, uma coisa assim” (Alice)

“E aí essa história eu peguei todos os abacates que eu vi no chão e taquei nos cinco, porque eu não sabia quem era que tinha me tacado e taquei em todos eles” (Alice)

Alice atuava politicamente na escola, através do grêmio estudantil, seu ato de resposta às agressões desse episódio teve como reação ameaças de agressão física, que para ela tinham quase um sentido de inevitabilidade da violência. “Eles não me pegaram no primeiro dia, mas eu sabia que ia acabar acontecendo mais cedo ou mais tarde”. A violência só não se concretizou porque encaminhou uma carta ao diretor do colégio, denunciando o ocorrido, tendo como medida disciplinar a retirada dos alunos ameaçadores da escola. Para Alice, sua atuação política foi responsável por sua proteção contra as agressões homofóbicas:

“Então assim, não sofri tanta homofobia na escola não, mas eu via homofobia acontecendo, lutava contra ela, eu só não sofria muita homofobia porque as pessoas viam que eu tinha poderes para fazer alguma coisa, aí as pessoas não mexiam tanto comigo, mas quando eu via alguma cena no pátio ou no corredor, às vezes chegavam relatos para mim de homossexuais... “ah, aconteceu isso”, e aí eu já comprava a situação” (Alice)

Além do preparo e da dedicação da escola “o diretor também foi solícito em compreender que existia isso, foi bem solícito”. Alice abandonou a escola durante o ensino médio, pois sofria homofobia em casa, brigou com a mãe e o pai, e com mais de

10 anos depois da briga ainda não tem relações com a família paterna. Passou aproximadamente seis anos viajando o Brasil pela ‘cena punk’, e ao voltar já no processo de transexualização retoma seus estudos no sistema EJA (ensino de jovens e adultos), contudo lá a proteção da qual dispunha pelo envolvimento político no ensino médio inexistia.

“Não tinha grêmio, a briga foi assim... nossa. Lá eu digo que eu sofri preconceito bastante assim. Até por parte das meninas, questão de utilizar o banheiro feminino, que eu já era transexual, se eu usasse o banheiro feminino as pessoas saiam, essas coisas assim. A menina falava que o banheiro não era meu. Nessa época foi foda”

“Então passava reto, mas obvio que você sentia aquela dor dentro de você” (Alice)

O professor de educação física também figura para Alice como alguém que tentava enquadrá-la numa disposição de gênero da qual não fazia parte.

“Em vez de me botar para fazer educação física com as meninas, ele me botava para fazer educação física com os meninos, e não aceitava minha transexualidade, meu transexualismo. [...] E ele dizia “não vai fazer nada não?” e eu “não, não vou jogar bola, não sou obrigado! Se quiser que eu jogue vôlei com as meninas eu jogo” “não, mas alí quem tá jogando é as meninas” (Alice)

Já Isa, lésbica, 25 anos, tem como primeira cena de violência contra lésbicas já na primeira fase do ensino fundamental, entre 8 e 9 anos. Ao ler o diário de uma das colegas de classe – aqui denominada de R – no qual estava escrito um sentimento de afeto por outra menina, Isa reconhece que não era a única doente, uma vez que entendia seus primeiros afetos por meninas como uma patologia.

“Num belo dia eu sonhei, um sonho tão bobo, que a gente tava brincando de casinha, e a gente dava um selinho, dava um beijinho. Eu acordei muito perturbada, porque eu tinha o entendimento que homossexualidade era doença” (Isa)

A história do diário de R que expressava seus sentimentos por outra menina ganhou conhecimento por toda a classe. R um dia bate na bunda de uma colega, como era costumava brincar com outras amigas, segundo Isa.

“Só que a reação foi totalmente diferente, foi assim... todas se revoltaram, eu não, eu fiquei mais assustada, assim preocupada. E os meninos da turma também vieram e tinham umas vassouras do lado de fora da sala, e eles pegaram e queriam bater nela. Isso foi na primeira ou na segunda série, por ai. E querendo bater nela, e pegaram a vassoura. Então assim, da turma de 40 alunos, 7 defendendo, eu tava entre os 7, e o resto querendo pegar a menina, sabe?”

“Está gravado na minha memória, os rostos das crianças. Porque a gente era criança, e as crianças com raiva mesmo, querendo bater, o menino, ele batendo a vassoura no chão “eu vou quebrar essa sapatona!”, desse jeito” “Eu vou quebrar essa esquisita, que fica ai abusando, essa não sei o quê!” Foram bem agressivos, bem agressivos, eu fiquei com medo” (Isa)

O episódio teve como repercussão, primeiro o ostracismo de R das relações com os colegas de classes “Quando ela voltou para nossa classe, ela não falava com mais ninguém. Ela sempre ficava perto das professoras, que era para não sofrer *bullying*”. Mas também serviu como um aviso para aquilo que Isa não deveria ser. “Esse episódio foi específico para mim, porque eu já tinha tido o sonho com a coleguinha, estava extremamente confusa e preocupada, e ai ver essa cena acontecer com uma igual...”. A mudança de comportamento dos outros aluno para com R esteve intrinsecamente ligado ao conhecimento de seu afeto por outro garota.

A construção da masculinidade para Mateus, 21 anos, também é atravessado pela violência, também entre 8 e 9 anos.

“Nessa turma os caras me chamavam de viadinho, essas coisas, não sei se tinha jeitos ou trejeitos, mas a época que eu sofri mais dessa coisa de estereótipo foi no ensino fundamental de primeira a quarta, que os caras chamavam de bicha de viadinho, batiam e brigavam” (Mateus)

A construção da masculinidade em Mateus não se deu apenas como vítima da violência, mas também como algoz de violência. “Eu lembro que uma vez que até porque os meninos ficavam me chamando de viadinho eu beijei a força uma amiga minha” “Depois disso, de alguma forma me respeitaram, eu me lembro disso”.

“Minha falta de comportamento na turma de encher o saco das pessoas, de ser agressivo, de ser mais extrovertido era uma forma de fugir disso. Tentava ser violento quando... contra os outros garotos quando eles não estavam em grupo contra mim sabe, tentar impor respeito, para mostrar que eu não era viadinho, boiola. Porque eles me chamavam de viadinho sempre” (Mateus)

Paradoxalmente, os relatos propiciados pela pesquisa nos permite perceber que os sujeitos assumem estratégias diferentes para lidar com contextos permeados pela violência. A busca pela masculinidade em Mateus estava, portanto, ligada a uma postura agressiva, e a vitimação homofóbica foi precursora para uma violência de gênero, através da violência sexual praticada com outra colega, quando beija uma garota sem seu consentimento. A mulher pode figurar para um homem homossexual quase como um alibi, a servir de comprovação de sua masculinidade e, ainda que falsa heterossexualidade.

Para João, guei, 25 anos, foi no final do ensino fundamental que percebeu que uma postura afeminada poderia produzir mais proteção, fazendo o uso de uma estratégia inversa de Mateus. Percebemos uma polissemia de alternativas de fuga da violência, podendo tanto ir em caminhos mais criativos, mas também pela reprodução de mais violência.

“Eu comecei a ter uma postura muita mais de uma efeminação bastante evidente, né, eu fui percebendo que me dava proteção, porque era melhor para mim sofrer homofobia diretamente, poder falar e me defender do que essa homofobia que me acua, então essa postura de começar a ser efeminado na escola foi uma postura de proteção” (João)

Contudo, as estratégias de fuga da violência sejam quais forem não conseguem ser totalizantes. As ameaças passaram a ser recorrentes, e uma vivência de constante medo, para João, começou a existir. A homofobia na escola para o entrevistado passa pela percepção da metáfora da guerra, onde armar-se politicamente e fisicamente era necessário.

“Foi a partir da sétima série que eu comecei a levar uma faca escondida para a escola, todos os dias. Com muito medo de ser

espancado, era muito difícil isso assim. Porque ir para escola era ir para uma guerra, então isso foi muito difícil.” (João)

“Era um campo de guerra, e isso era muito ruim. Viver tanto tempo, tão novo numa estrutura de campo de guerra é muito ruim, para mim o ensino médio foi desastroso, foi muito violento” (João)

João foi agredido por um aluno durante o ensino fundamental, pois havia um boato inventado na escola de que João estaria interessado em se relacionar com outro rapaz, esse se sentindo ofendido dá um soco em João. A escola opta por culpabilizar João pela agressão que recebeu, e questiona-o se deveria contar para sua família sobre seu comportamento sexual. Para João esse questionamento não significou exatamente uma ameaça, mas um processo de vulnerabilização extremo, uma vez que assumir ter sofrido uma violência homofóbica está colado com assumir sua sexualidade. A opção de João e de outros entrevistados é de manter uma vida desconexa da vivência escolar e da familiar, onde se evita reportar a violência sofrida, pois, essa é também denunciante de sua própria sexualidade.

Ao mesmo tempo, surge no ensino médio uma conduta agressiva não masculina, nas palavras de João “do 1º pro 2º ano eu já mudei absurdamente a postura, eu virei uma pessoa altamente agressiva, não é fisicamente, mas uma pessoa com respostas rápidas e tipo “não chegue perto””.

João apresentava no ensino médio um destaque frente aos outros alunos da escola, principalmente na capacidade de escrita e na arte; sustentando-se pela militância, fazia circular *fanzines* na escola, cartazes e cartas que denunciavam a homofobia. A direção da escola incomodada com sua postura o convida para conversar e apresenta uma argumentação em defesa da violência, que para João é absurda:

“No final do terceiro ano por conta desse texto eu fui chamado, conversei com a diretora e a diretora falou uma coisa que na época eu não consegui responder e até hoje acho absurdamente maluca assim. Que ela falou: “nossa, a gente vê por esse texto que você é um aluno muito precoce, muito...olha como você escreve bem, e eu fico pensando.. sabe, as melhores produções artísticas surgiram justamente na época da ditadura, será que não foi pela violência que você sofreu que se tornou um aluno tão bom?” cara, que medo. É quase propor a homofobia como instrumento pedagógico. Vamos ser muito

homofóbicos que a gente vai ter alunos destaque. Assustador isso. E eu vejo isso de fato em vários alunos gueis, assim. Estudam bastante, tudo, como uma forma de ter algum vocabulário de proteção, mas é adúltero, é violento e tal.” (João)

A autoflagelação como experiência violenta também aparece na vida de João:

“Eu comecei a me cortar muito, comecei a recorrentemente me cortar, com gilete, fazer cicatriz, escrever no corpo sangrando que acho que é uma busca de verbalização e para mim... sei lá, de todos meus amigos gueis da mesma idade 99% se cortavam, né. E encontravam naquilo uma forma de verbalização, até mais incisivo entre as meninas lésbicas, era bastante comum, assim. E um momento durante uma aula de artes cênicas na escola, onde a gente teve uma aula, estudando teatro da crueldade com Artaud, eu fui apresentar um trabalho sobre teatro da crueldade e me cortei em sala de aula, me cortei com alicate durante a aula, na escola, durante a apresentação, que são essas cicatrizes maiores aqui [mostra as cicatrizes no braço] que foi uma forma de verbalizar essa violência, de transformar ela em linguagem. Foi impressionante que depois disso as pessoas começaram a olhar com muito medo de mim, isso favoreceu um tipo de proteção, e graças a Deus o professor não espalhou isso, o que ao mesmo tempo foi bom e ao mesmo tempo preocupante, uma pessoa se corta e o professor não lida com isso. Que medo.” (João)

A ameaça para Nicole, mulher transexual, 20 anos, veio do pai, quando com 15 anos, ao chegar a casa foi recebida pelo pai, que não vivia com ela (que à época se identificava como guei).

Daí meu pai começou a falar a história “tá correndo um boato na cidade que meu filho é viado, e não sei o quê, tá andando com um monte de viado, tá andando com maquiagem no rosto” e naquela época meu cabelo era enorme, enorme assim, quase desse tamanho aqui [mostra o próprio cabelo, na altura do ombro], um pouquinho menor, daí eu usava lápis de olho, usava um monte de coisa, calça colada e blusa colada, e não sei o quê “meu filho tá andando com um monte de viado, tá falando que ele é viado” tudo isso. Ai eu falei “ah, é.” Só ouvindo calado. Ai ele falou bem assim, “vou te fazer uma pergunta e vou te dar duas opções”, quando ele falou uma pergunta eu já sabia o que era, tava querendo saber é as opções, daí ele falou “vou

te perguntar uma coisa, se você disser que sim, vou levantar dessa cadeira e a partir de hoje não sou mais seu pai, você pode considerar que não sou mais seu pai, não nunca mais vou vim aqui e não vou interferir mais nada na sua vida. Se você disser que não, eu vou continuar te apoiando..”

“Se você disser que não, tudo bem, vou te apoiar, continuar sendo seu pai, bonitinho;mas seu eu souber que você continua andando com esses viados na rua, eu vou vim aqui, vou te dar uma surra e você vai ser hospitalizado”, ai eu “tá”.” (Nicole)

Para o que ouvia de acusações e gozações na escola, Nicole diz ter desenvolvido uma válvula de escape, até ser agredida por um aluno no ensino médio, que além de lhe dirigir palavras ofensivas no corredor, passou a esbarrar de propósito nela, até que foi atingida por um balão de água no pátio da escola, sobre o grito de “Viado tem que morrer!”. A semelhança do que aconteceu com a transexual Alice, Nicole também contou com o apoio institucional da escola, que expulsou o rapaz da instituição, ainda que continuasse com medo de agressões uma vez que o rapaz morava nas redondezas. Nas duas situações, de Nicole e de Alice, o afastamento dos agressores da escola surge como uma resolução pontual do conflito, mas não em absoluto, as duas apresentam o receio de serem vítimas de agressão. Uma vez que não é uma ação pedagógica ampla, que procura trabalhar o preconceito, e desconstruí-lo, mas apenas puni-lo.

O corte de cabelo para Nicole também aparecia como uma forma de estabelecer uma ordem do padrão de gênero que vinha de seu tio, que a visitava de em três em três meses mais ou menos. “Cortava meu cabelo, era uma tortura!” Foi o mesmo tio que numa noite de natal a agrediu verbalmente, e quase fisicamente, não fosse a mãe para proteger.

“Falava que o filho que era viado agora era traveco, e que se brincar tava fazendo programa, ou devia tá fazendo programa, que era uma vergonha para a família que minha mãe não devia admitir isso... cheguei na cozinha e fiquei ouvindo, não sabia o quê falar, daí na hora me bateu um nervoso, uma coisa assim...” (Nicole)

Valentina, de 17 anos e lésbica já escutou de sua professora de literatura que se tivesse um filho guei ela daria uma surra nele, o que de fato aconteceu com ela, ao apanhar do pai que é militar.

“eu tive um caso mais difícil na minha família, porque eu apanhei do meu pai, e eu fiz uma queixa contra ele esse ano, e foi muito foda, a gente tá melhor, mas a gente cortou relações totalmente, eu e meu pai. Então em casa, foi a maior guerra. Não foi com as pessoas, entendeu? Por mais que exista esse preconceito de andar na rua com minha namorada e falarem assim “ah, porque você não arruma um homem?” acho que em casa foi onde mais pesou para mim.” (Valentina)

“Eu comecei a cortar meu cabelo e sair daquele padrão, sabe. E meu pai começou a perceber e ficou bolado comigo. Ficou sem falar comigo, e aí um dia eu tentei me matar, tentei suicídio, que eu não queria contar pro meu pai. E depois que eu não morri eu contei para ele, né. E ele ficou sem falar comigo, ele chegou e me bateu por nada, disse que eu era ridícula e tal, só porque eu era guei, ou parecia guei, não sei. E eu virei para ele e disse que se ele fizesse isso de novo, eu ia dar queixa na polícia, porque eu não aceitaria agressão e segundo por motivo de ser homossexual, aí aconteceu de novo, eu tava fazendo meu cabelo, meu pai chegou, me empurrou no chão e me deu uma surra. Aí eu fui na polícia, não deu em nada porque meu pai nunca teve, não tem ficha suja, primeira vez eu acho que eles relevam, não sei, sei que não deu em nada. Conselho tutelar disse que ia me ajudar, e não ajudou em nada, eles também sumiram, fiquei muito puta com eles, e foi isso” (Valentina)

O relato de Valentina demonstra um ciclo de violência por lesbofobia. Durante a entrevista ela relata que a tentativa de suicídio deu-se pelas angústias múltiplas do preconceito “[a motivação] do suicídio foi. Eu não tava aguentando a pressão de sair dessa coisa para um outro mundo, entendeu?”, embriagou-se e de *skate* desceu uma rampa extremamente íngreme, a decisão era que se não morresse ela contaria aos pais sobre sua lesbiandade, depois de ficar hospitalizada e perder parte da capacidade olfativa, foi castigada por 2 meses, não podendo sair de casa a não ser para ir a escola. Quando agredida pelo pai, procurou o conselho tutelar, mas esse por sua vez apenas relatou ao seu pai que o que ele e a mãe acreditavam ser um acidente de *skate* não foi exatamente um acidente, mas que havia uma intencionalidade.

“A polícia não veio [quando denunciou o pai por agressão], e eu fui numa delegacia da criança e do adolescente, de alguma coisa assim. Aí eles me encaminharam pro conselho tutelar primeiro, pra saber se eu ia dar queixa ou não, aí eu escolhi dar queixa, nós voltamos lá, eu

dei a queixa, o conselho disse que ia me acompanhar, que ia visitar periodicamente, contato com meus pais e tal, e aconteceu que o conselho pegou meu relatório que eu falei, mostrou pro meu pai, inclusive as partes das drogas, toda a parte da minha vida privada, mostrou pro meu pai, meu pai ficou mais puto ainda comigo. Eu acabei dando a queixa, mas não deu em nada. Eles sumiram, então foi inútil. Você vê que não tem ajuda nenhuma, você não tem nada que te ajude. Eu liguei para aquele número dos Direitos Humanos, eu liguei o dia todo e não atende. Aquele negócio não atendeu nenhuma vez, então, não existe. Não tem proteção para a gente, é a gente mesmo. Eu penso assim, se você quer andar com uma faca na rua, anda, porque não existe. A polícia não vai lutar por você, assim como o Estado também não vai lutar por você, você tem que velho, andar sozinho com o preconceito. Me ajudou a ser forte, foi bem foda, minha família desestruturou totalmente por causa disso, meu núcleo familiar, pai, mãe e irmão. Minha família é homofóbica e racista, né. Então, mais foda ainda.”

Um processo violento de amadurecimento também está presente em Valentina, que mesmo sem conhecer o entrevistado João, e mesmo com a diferença de idades, evidencia um conselho de forma abstrata que anos atrás foi executado pelo João, o de andar armada ou armado para se proteger.

O discurso de legitimação de violência com pessoas LGBTs esteve presente na faculdade para Pantera, mulher transexual de 30 anos.

“De algum fato ter surgido na mídia, e de professor ter comentado ‘ah, se isso acontecesse com meu filho, eu batia nele até ele se consertar’. Que eu lembro de uma reportagem que aconteceu na época, eu não lembro qual matéria eu estava tendo, mas aconteceu um caso, mais um desses de um menino que tinha sido espancado porque descobriram que era guei, e um professor falou que se também descobrisse que o filho dele fosse homossexual, ele também daria uma surra até concertar o menino.” (Pantera)

Para Pantera ter sido, na maior parte da vida, uma pessoa que não procurava revidar ou enfrentar as violências que chegavam até ela, isso a fez sofrer menos, se comparada com outras amigas e conhecidas travestis e transexuais:

“E eu acho que isso nunca aconteceu muito comigo porque aí foi igual te coloquei, no começo na minha adolescência, eu sempre fui muito introspectiva, nunca fui aquela explosiva de querer defender meus direitos a todo custo, nunca fui embativa com as coisas, e isso veio aparecer depois de muito tempo, depois já de ter algumas experiências, de ter um discurso muito mais embasado em algumas coisas, e eu acho que por isso também eu não sofri não passei por determinadas questões, porque ao mesmo tempo que entendo o comportamento de algumas meninas de levarem um grito, de levarem um tapa e revidar, eu também entende muito a questão daquelas que apanham, abaixam a cabeça e vão embora. Que a principio eu passei muito por isso, na minha adolescência mesmo, nessa fase de segundo grau, se alguma coisa viesse acontecer de eu apanhar, de eu fazer alguma coisa, dificilmente eu iria reagir” (Pantera)

Para Lisa, 24 anos, lésbica, as professoras e professores de sua escola poderiam ser divididos entre testemunhas passivas ou colaboradores ativos da violência, isto é, aqueles que “continuavam ignorando, nunca tive um professor que de fato defendeu, ou era um lado de professores que reafirmavam essa violência dentro da escola”. As violências a que Lisa se refere vão desde verbal, quando a chamavam de esquisita, sapatão, ou a mandavam virar mulher, até de assédio sexual praticado coletivamente:

“Então saiu de me chamar de sapatão para chegar no intervalo, já teve situações que eu fui no banheiro e quando eu tava saindo tinha meninos do lado de fora falando que para sair eu tinha que beijar um deles. E isso aconteceu até minha 8ª série.” (Lisa)

Um dos maiores trauma que Lisa carrega das experiências lesbofóbicas pelas quais passou foi quando uma professora ridicularizou uma redação que fez sobre violências e sexualidade, que teve como desfecho mais violência, vindo do contexto familiar.

“E aí assim, o que eu mais lembro do que ela fez que foi muito do mal, foi quando ela chegou na sala... aí fico muito mal... [chora] ela chegou na sala e falou para a turma “eu tenho aqui uma redação e vou ler para vocês” e na redação eu tava falando justamente como eu me sentia mal com toda aquela estrutura de sala, e o que as pessoas faziam para mim, e ela leu a redação em sala tipo sacaneando cada ponto da redação, eu fiz uma comparação do amor e guerra na

redação, eu tava falando de combate mesmo, só que usava combate por meio das pessoas, então eu enquadrei pessoa que... sie lá... não lembro exatamente o que escrevi, mas eu estava comparando pessoas que estavam sendo escrotas em sala, com pessoas que estavam querendo guerrear, eu querendo trazer a paz de uma forma a discutir a sexualidade; e ai ela leu a redação toda, eu tenho muitos traumas em relação a isso, porque a professora fez isso em sala, a turma inteira riu da minha cara, eu quis levantar para ir embora, ela mandou eu sentar, mandou eu ouvir até o final, e eu ouvi até o final, e ai nesse dia foi um dia que eu decidi abrir o jogo para os meus pais, e eu falei para eles que eu tava gostando de meninas, foi a primeira vez que eu falei para eles, foi diferente, porque quando eu me assumi eu falei ‘sou lésbica’, foi mais velha, só que eu cheguei na oitava série e falei que realmente estava gostando de meninas. E foi muito horrível, além de eu não ter tido espaço na escola, quando eu voltava para casa, minha mãe tentava afirmar que eu era normal, tipo hétero através das roupas, então ela fazia questão de comprar roupas para eu ir na escola, para eu provar para as pessoas que eu não era lésbica.” (Lisa)

“Então foi começando a ficar muito perverso, porque minha mãe ia falando essas coisas, a freira psicopedagoga mandava eu rezar, os alunos me sacaneando na escola, e os professores ficavam calados ou eram escrotos como essa professora de redação.” (Lisa)

Família e escola foram instituições sociais de forte atuação lesbofóbica na vida de Lisa. Além disso, como várias vítimas de violência, que quando respondem à violência com violência são culpabilizadas pontualmente pelo fato, sem que possa ser analisada uma reconstrução dos fatos com maior complexidade:

“Eu sempre apanhei em casa, meu pai usava como método de educação bater, né. Então eu sempre apanhei por razões que eu não tive motivo de fato, então se meu pai chegava em casa, sei lá, e tava nervoso e ele visse na TV que alguém tava discutindo sobre lésbicas e gueis ele me batia, e ai ele me batia e falava “to te batendo para você saber que isso é errado”, então apanhei por muitos motivos sem querer, tiveram situações nas quais eu briguei na escola porque um menino me empurrou, eu lembro o nome dele até hoje, T., filho da puta, ele tipo veio para cima de mim na escola, e eu peguei a carteira e joguei em cima dele, e ai ele caiu no chão e eu comecei a bater muito, só que tava batendo muito, ele não tava conseguindo nem se

mexer, aí a professora saiu correndo, a professora de geografia, me puxou de cima dele, enlouquecida “Você tá ficando louca? Como você faz isso?” E o menino levantando do chão ainda. Ai ela me levou para a coordenação, ela me deu suspensão de 2 dias. Ai eu voltei para casa e apanhei os dois dias, porque meu pai falou que porque eu tinha levado uma suspensão tinha que apanhar esse dia e no dia seguinte. E era muito do mal, porque além do físico de bater, o lance de eu saber que eu ia dormir e no dia seguinte ia apanhar de novo, era horrível” (Lisa)

O resultado psicológico de tamanha perseguição resultou para Lisa, ao final do ensino fundamental, recorrentes ideações suicidas, além de autoflagelo.

“Eu me cortava muito, muito e ninguém via. Eu me cortava muito e era muito do mal, porque eu não tinha nenhum senso de amor à vida mesmo. Sei lá, se eu não tivesse mais ela para mim ia ser tranquilo, então toda a vez que eu tava voltando de casa de carro da escola com meu pai, eu sempre pensava “Pô, se eu abrir a porta do carro, tipo ia ser tão rápido”, então eu tinha muitos pensamentos suicidas.” (Lisa)

Raul, homem transexual, 26 anos também vivenciou a autoflagelação:

“Era a melhor parte. Eu não tinha prazer com nada, meu prazer era com a dor. Ao tocar guitarra e violão, quando você toca muito, dói bastante os dedos, muito. No colégio a professora ia fazer chamada, e eu adorava quando ela me chamava de Número 3, Número 2, mas quando me chamava de [nome feminino de batismo], eu pegava a ponta da caneta e ia machucando as pontas dos dedos” (Raul)

Rodolfo: Existiam ideias suicidas?

Raul: Total. Outra coisa que eu não gostava... sabe aquele menino esquisito de colégio que não toma banho, na [instituição de ensino de língua estrangeira moderna]... eu ia lá e sentava do lado e ficava amigo do cara que era esquisito e ele tinha ideias suicidas, dois suicidas juntos era bem legal.” (Raul)

Por volta dos cinco anos de idade, Raul foi acusado pelo pai de uma colega de ser nojento, gritando aos berros, por conta das brincadeiras sexuais infantis. Já nessa idade confrontava a professora, para poder usar o banheiro masculino. A dificuldade de usar

os sanitários fez com que chegasse, inclusive, a apresentar sérios problemas intestinais, precisando recorrer à assistência médica.

Quando fez uma viagem com o grupo de escoteiros de que participava, Raul, na época ainda identificada pelo nome feminino, sofreu uma tentativa coletiva de espancamento, que para ele poderia ter terminado com um estupro.

“Eai o que acontece é que eu chego, e vamos acampar, e me falam “ [..], vai pegar água”, beleza vou lá, de repente eu vejo que tem uns 9 homens me seguindo, ai eu olhei para trás e eles riram da minha cara, e eu falei “do que vocês tão rindo?” “Não, porque você parece homem, e você é ridícula!” Eu falei “anh, que mais?” “Você é esquisita, você tem que sair do escoteiro, aqui não é lugar para você não!” Quando eu vi, eu estava numa roda, e eles começaram a me empurrar para um lado e para o outro, fazendo zombarias, rindo, “você precisa de um homem para te comer!” e começara a me jogar no chão. Só que sempre fui muito agressivo, comecei a bater em todo mundo, e eu comecei a jogar os baldes em todo mundo, e dei um grito e foi o pior trauma da minha vida, porque eu sei que sai todo ralado. Eu não sei como sai dali, não sei se sai correndo, gritei, o que eu fiz. Eu sei que não fui estuprado.” (Raul)

Raul sintetiza as agressões que sofreu na vida e também as que praticou:

“No momento que uma professora fala que eu sirvo para ser líder de gangue, eu acho que é um tipo de agressão. No momento que eu vou num diretor reclamar que os meninos estão zombando de mim, e ele fala que isso é normal, porque afinal eu sou bonita, e os meninos estavam querendo alguma coisa comigo e isso é normal, e que eu que deveria ir para uma análise, uma psicoanálise, e foi ai que eu comecei, eu acho isso um tipo de agressão. No momento que eu sou ateu e eu detestava aquelas coisas de igreja e pá, rezar... rezar o cacete, não vou rezar. Então essa situação de ter que se portar de certa forma perante a sociedade, porque tem um padrão pré-estabelecido é a pior agressão, eu acho. Fisicamente eu não sofri agressão no Marista, porque minha mãe estava toda hora lá. Teve episódio de um menino na sala me jogar papel na cabeça, ficar cutucando durante a sala, e eu ficava zoando eles também, não deixava barato, mas eu sabia que eu era fraco, então não tentava outras coisas, e eu também adotei uma posição bem preconceituosa, eu vim me assumir lésbica para os meus pais com 17

anos, 18, dentro do Marista eu já me assumia como totalmente esquisito mesmo, e eu nem gostava de lésbica, eu tinha um comportamento bem skinhead, porque eu era revoltado contra tudo, eu era bem anárquico.” (Raul)

Raul, assim como Lisa e Mateus, comportava-se agressivamente, como uma forma de resposta a aquilo que o cercava, onde podemos perceber a multiplicidades de ações sociais que os sujeitos vitimados pelas transfobias ou homofobias tomam nas suas vidas.

O que podemos perceber, quando estamos vindos de um panorama geral e macrosocial apresentado nas três pesquisas analisadas, para o pequeno grupo entrevistado para essa pesquisa em específico, é que a norma heterossexual e cisgênera se apresenta em níveis amplos e históricos, e se atualiza cotidianamente, portanto também renova-se, ganhando novas formas e modalidades de ação. O que implica perceber que a ação de preconceito contra LGBTs não se realiza pelo desejo perverso de provocar sofrimento de um individuo em específico. Mesmo o assassinato de LGBTs também não se dá por ocasionalidade, mas pela intencionalidade de uma cultura.

O preconceito contra LGBTs é uma ação social que faz parte de uma cultura de norma heterossexual e cisgênera ampla, e aquela acontece quase como uma tecnologia dessa. Serve não apenas para depreciar a lésbicas, gueis, bissexuais, travestis e transexuais, mas também como regulamenta a vida daqueles que se identificam como cisgêneros e heterossexuais, uma vez que arranja as possibilidades de agir, pensar e sentir.

V. O Riso como Reprodutor de uma Cultura Heteronormativa e Cisgênera.

5.1. A escola como reprodutor cultural

Rodrigues (2007) sustenta a educação como objeto de estudo privilegiado da sociologia, uma vez que a educação pode tanto estar a serviço da conservação da ordem, ao mesmo tempo, que é *locus* de prerrogativas para as mudanças mais radicais.

Já para Junqueira (2009), é da responsabilidade de Bourdieu e Passeron que “as visões encantadas acerca do papel transformador e redentor da escola têm sido fortemente desmitificadas”, por isso “dar-se conta de que o campo da educação se constitui historicamente como um espaço disciplinador e normalizador é um passo decisivo para se caminhar rumo à desestabilização de suas lógicas e compromissos”.

Bourdieu e Passeron (2009) ao estudar o sistema de ensino francês, e sua capacidade de reproduzir valores morais de uma classe social sobre outra – uma vez que o autor está nesse momento num investimento sobre a teoria de classes sociais, avançando nas apostas de peso econômicas das teorias marxistas. O capital bourdiesiano nos remete a tipos de poder específicos relevantes dentro de campos particulares, nos quais as agentes se envolvem em disputas para acumular ou mesmo monopolizar o capital do campo em questão e ainda determinar o valor de conversão em outros tipos de capitais. Isto é, o acúmulo de capital não está dado, mas sim em disputa e se exerce a todo momento. Para, além disso, a taxa de conversibilidade de um capital em outro também está em disputa por agentes que detêm poder em campos diferentes, uma vez que capital intelectual não se converte igualmente em capital financeiro e vice-versa, por exemplo. Sendo classificado como teórico do conflito, distingue-se de outros por estipular que a definição de classe não está atrelada apenas à propriedade, mas também às disputas por distinção sócio-simbólica.

Os modos de avaliação escolar também ilustram, para Bourdieu, como desigualdades sociais podem assumir a aparência de diferenças naturais. Segundo o autor francês, a socialização primária no ambiente familiar envolve a acumulação de certo volume de capital cultural, isto é, de conhecimentos ou modos de raciocínio mais ou menos valorizados socialmente. Na medida em que o capital cultural dos setores

sociais mais abastados está em sintonia com os ensinamentos que o sistema escolar pretende inculcar, crianças oriundas da classe dominante trazem consigo uma vantagem de saída quando adentram o ensino. Como as crianças de classes populares não foram preparadas pela socialização pré-escolar para se adequar ao sistema de ensino, começam com uma desvantagem. No entanto, através de uma ideologia professoral que explica as diferenças de desempenho em termos de dons e talentos naturais, o sistema de ensino esconde de si e da sociedade o enorme peso que as desigualdades de classe têm sobre desempenhos intelectuais diferenciados na escola. Todo o sistema de ensino para Bourdieu é a criação da legitimação do que é bom ou ruim, porém sob uma falsa ideia meritocrática, ou seja, apesar de ser um processo gerador de desigualdades para esse autor, a escola aparenta ser um espaço legítimo de disputa meritocrática.

Por essa ser uma perspectiva que fala de estruturas sociais, em que os agentes atuam em campos de disputa sem necessariamente terem uma perspectiva reflexiva sobre ela, podemos encontrar nas falas das entrevistadas uma ideia contrária, uma vez que existe reflexão sobre o preconceito que vivenciaram o que é percebido aqui como um problema a ser enfrentado, isso é, como fazer sociologia sobre aquilo que as pessoas não sabem? De fato os autores tem razão ao perceberem no sistema de ensino uma reprodução de normas e valores de uma classe dominante que no momento de educar está estabelecendo e distinguindo cultura boa de cultura ruim, práticas sociais relevantes e irrelevantes. Para o objeto de estudo aqui investigado está então a valoração da heterossexualidade enquanto conduta correta e comportamentos dissidentes como impróprios, irregulares e ilegítimos. A preocupação da reprodução de valores culturais demarcados por uma condição de classe dominante transforma-se aqui numa reprodução de valores de conduta sexual legitimada socialmente, sendo essa a heterossexual, e de identidade de gênero, sendo essa cisgênera, em detrimento a tudo que fuja dessa matriz.

Pantera, 30 anos, percebe que a escola teve um duplo papel na sua vida, quando questionada sobre a motivação que a levava ir à escola:

“Não digo nem vontade, em algumas matérias até tinha, tinha mais atenção que outras. Mas não era aquela coisa de todo dia, ou de disposição, de ir por ter vontade de aprender. Tinha imposição materna “to pagando, você precisa estudar. No país de hoje a gente só consegue ser alguém se a gente estudar” doce ilusão. E eu entrei na

universidade um pouco com esse pensamento. Mas graças a deus com um tempo isso foi mudando, e hoje enxergo a questão do estudo de forma diferente. É o estudo que te dá embasamento, é o estudo que te dá empoderamento para algumas coisas, de entender algumas coisas, de te levar a pesquisar e estudar outras coisas.” (Pantera)

Se por um lado está a imposição familiar, social e econômica em estar numa instituição de ensino, ela também percebe a mesma como possibilidade emancipatória, mais especificamente a universidade como local de produção de conhecimento que pode estar a serviço do bem-estar.

5.2. Piadas

De Platão a Hobbes, diversos autores reconheceram que a ridicularização é uma das principais ferramentas de controle e punição de comportamentos considerados desviantes. O recurso ao cômico como instrumento de desvalorização simbólica serve também para estabelecer relações de pertencimento e exclusão entre determinadas coletividades, seja pelo reforço de solidariedades já formadas, seja pela regulação e vigilância que exerce sobre possíveis desvios de conduta entre os membros do grupo. Isto porque ser objeto de risadas alheias constitui frequentemente uma fonte de dores e sofrimentos psíquicos, já que violam expectativas existenciais de reconhecimento coletivo da dignidade pessoal.

A rejeição da hipótese repressiva em Foucault, e a desarticulação das dicotomias do que é dito e do que não é dito, nos mostra como o poder se articula não somente tolhendo, mas produzindo, por todos os lados.

“Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e a outros. Não existem um só, mas muito silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (Foucault, 2005: 30)

Assim, é presente nas entrevistas ao mesmo tempo uma fala de que a homossexualidade e a transexualidade, e por vezes a própria sexualidade não é colocada, mas ao mesmo tempo altamente perseguida. Para Thaynã, guei, 19 anos, a

explicitação do tema da homofobia e, portando, da homossexualidade dentro da sala, causou um grande alvoroço, pois deturpava a ordem do suposto silêncio.

“Eles nunca falavam de sexualidade, eu não lembro pelo menos. Quando eu fiz o trabalho sobre homofobia, inclusive foi na matéria de literatura, que era pra fazer um trabalho sobre um tema, né, aí a gente resolver fazer sobre um tema polêmico, aí foi bem legal o trabalho assim, a gente começou ahh... eu não tenho muitas lembranças. Mas a galera ficou exaltadíssima com esse trabalho, parecia que a gente tava dizendo um absurdo.” (Thaynã)

E é essa ausência de representação, ausência de um sujeito outro que provoque o reconhecimento de quem sou identitariamente, que para Isa, lésbica, 25 anos, a fazia se sentir doente, ainda com 8 ou 9 anos. “Porque eu já tinha entendimento que a homossexualidade, no caso na época era homossexualismo, era doença.” (Isa), e a ideiação de homossexualidade como doença surge porque “era o que falavam “ai, esse povo que gosta é doente”, “esse povo que gosta do mesmo sexo é doente”” (Isa). Para João, na escola o heterossexismo se expressa justamente aí, ao “tomar a heterossexualidade como padrão, você nunca vai ter uma outra representação, nenhuma outra”.

Para Valentina, lésbica, 17 anos “ser homossexual sempre foi uma coisa que é estranha, que não podia acontecer”. Assim, o silêncio, a denegação, a inexistência são também formas de regulação, de execução de um poder, que ainda assim, não é apenas repressor. Valentina afirma “eu não conseguia ver uma humanidade naquela pessoa”.

Essa destituição do caráter humano pode ser pensada à luz do conceito de abjeção, que pode ser encontrado, em concepções mais ou menos próximas, em Julia Kristeva (1982), Judith Butler (2003) e Mary Douglas (1976). A abjeção cabe aqui como a formação de uma subjetividade que acontece por negação, ou pela exclusão daquilo que é necessário para que eu possa ser.

“É como se ele fosse guei e isso fosse contagioso, a gente não podia, eles não podiam passar perto. E por sinal, eu também alimentava isso, por mais que eu fosse guei, eu não queria ser visto perto de outro cara guei, ser amigo do cara guei.” (Mateus)

Nicole, transexual, 20 anos, expressa que mesmo com a ausência de uma categoria que à época de sua infância conseguisse dar conta de ser um significante para sua identidade, já se percebia uma aversão. “É, eu não tinha um rótulo assim, mas daí começou a andar juntos coisa e tal, aí o pessoal que andava comigo “não quero ter fama de andar com guei””.

Valentia especifica essa invisibilidade nas relações lésbicas, que sequer aparecem no espaço jocoso das piadas. Perguntada sobre as piadas sobre lésbicas, ela responde:

“Não, não tem tanto. É porque de lésbicas eles não querem ver, eles não querem ver mesmo, eles não querem pensar nisso, que existe, entendeu? Então se alguém fala sobre isso, eles não consideram uma mulher homossexual uma coisa que exista, entendeu? Um mito, não existe bem isso, agora os meninos sim.” (Valentina)

Já a fala de Elizabeth mostra como a ambivalência do desprezo pela sexualidade feminina e a heteronormatividade operaram em sua vida para uma condução sobre a reflexão de transexualidade, e não de experimentação da vivência afetiva homossexual:

“Quando eu fui para oitava série, aí eu me apaixonei por uma garota na escola, para quem eu me declarei, só o quê acontece, eu continuava sem ter referencia nenhuma, de o que era uma lésbica, de o que era um gay, e na escola não tinha referencia nenhuma disso, nenhum professor nunca falou sobre isso, então eu nem cogitava existir a possibilidade de existirem mulheres que ficavam com outras mulheres, e casavam e constituíam família. Foi aí que comecei a me distanciar do que eu considerasse ser mulher, então eu comecei a pensar que se eu tenho que ser hetero, se o certo é um garoto e uma garota, não porque eu tinha parado para pensar que era errado, isso veio depois, mas eu nem conseguia imaginar uma coisa diferente disso, então comecei a me colocar como garoto. Então foi nessa época que eu comecei, na oitava série, comecei a me vestir de garoto, queria que me chamassem de Tiago, e aí eu comecei a pensar se eu não era um garoto, que tava preso no corpo de uma menina. Porque eu simplesmente não concebia que existia um relação só entre duas garotas. Na época da escola me declarei para essa menina, as amigas dela foram as primeiras que viraram para mim e falaram “você é lésbica?”, eu falei “não, não sou lésbica”, mas ficou aquela parada.” (Elizabeth)

Evidentemente essa fala não deslegitima a transexualidade por si, e também não a denuncia como uma adequação heteronormativa, posto que ela deve ser compreendida para além de um desejo afetivo sexual por pessoas do mesmo sexo, como é a homossexualidade, sendo uma experiência de identidade de gênero, atrelada a concepção do corpo. É importante ressaltar também que o conceito de cisgeneridade vem insurgindo nas concepções feministas mais recentes justamente para dar conta de uma equiparação com a categoria de transgeneros, uma vez que essa última tem incorrido numa subalternização, sendo compreendida ora como desvio, ora como defeito ou erro. Assim, categorizar as pessoas não transgêneras implica em não tê-las como um padrão analítico, como já colocado.

Essa reflexão sobre o funcionamento própria da teoria, pode nos ajudar também a compreender as relações de nomeação e subalternidade que as pessoas LGBTQs encontram no mundo. Isso é, apesar da sexualidade ser uma temática estabelecida como inapropriada para o espaço público, e ainda as chamadas, por Foucault, de sexualidades ilegítimas devam “incomodar em outro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro” (Foucault, 2005: 10), elas estão constantemente sendo arregimentadas, reguladas e demarcadas.

Damos ênfase nesse momento as piadas e expressões que estão presentes no cotidiano da escola, remontado através das entrevistas, que fazem calhorda, zombaria, menosprezo ou escárnio. Para tal, a obra - *Estabelecidos e Outsiders* (Elias e Scotson, 2000) – que a semelhança de Foucault rejeita as análises totalizadoras entre indivíduo e sociedade, e portando, avança nas críticas ao estruturalismo, mesmo que não de forma explícita ou coerente – ao estudar a estratificação social na comunidade denominada ficcionalmente por Winston Parva, na Inglaterra, o autor percebe como as estruturas de classe passam a não darem conta da divisão em que os residentes daquela cidade assumem, estando o laço de relações entre as famílias, e portanto entre a comunidade, ligadas mais pelo caráter de temporalidade. Ou seja, a identificação dos chamados estabelecidos não se dá necessariamente pela condição socioeconômica, os *outsiders* são justamente esses outros, que recém-chegados a cidade, não partilham das relações tradicionais entre as famílias já residentes.

A ausência de referências, ou articulação entre as pessoas LGBTs na vida, e portando, nas escolas, das pessoas entrevistadas, assemelha-se a característica de *outsider*. Para Elias e Scotson (2000:22):

“um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos – o que contribui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos-*outsiders*.”

A norma heterossexual (heteronormatividade) e cisgênera, dessa forma, propiciam privilégio a experiência heterossexual e cisgênera, como aqueles dos estabelecidos, e o que foge a essa matriz heteronormativa (Butler, 2003) estaria na condição de *outsider* (Elias e Scotson, 2000), uma vez que já se adiantava nas noções de desumanização do outro “Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social”. Anomia e poluição são evocadas por Elias e Scotson para entender os *outsiders*, fazendo alusão a dois importantes estruturalistas das ciências sociais, Durkheim (1911) e Douglas (1976).

A linguagem também entra em Elias e Scotson (2000:27) para entender a estigmatização:

“Em todas as sociedades humanas, a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre estabelecidos e *outsiders*. “Crioulo”, “gringo”, “carcamano”, “sapatão” e “papa-hóstia” são exemplos. Seu poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de a humilhação almejada por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário é um grupo *outsider*, com menores fontes de poder. Todos esses termos simbolizam o fato de que é possível envergonhar o membro de um grupo *outsider*, por ele não ficar à altura das normas do grupo superior, por ser anômico em termos dessas normas. Nada é mais característico do equilíbrio de poder desigual, nesses casos, do

que a impossibilidade de os grupos *outsiders* retaliarem com termos estigmatizantes equivalentes para se referirem ao grupo estabelecido. Mesmo quando dispõem [...], são inúteis como armas numa disputa de insultos

Para Marcelo, guei, 19 anos, o preconceito não era vivenciado de maneira frontal, mas através das piadas. E as professoras e professores as diziam para entretenimento. “Sempre tem essas piadinhas, né? Alguns [professores] não chegavam a incitar a homofobia, mas era de uma forma implícita assim”. “Entreter o grupo, meio como uma piada”. Alguns colegas de Marcelo chegavam a deixar a sala em forma de protesto pelas piadas dos professores “Incomodava [algumas e alunas e alunos], chegavam a sair de sala porque não aguentavam ouvir assim..., mostrando que estavam irritados”. Para Marcelo, as piadas o faziam se sentir “risível, deplorável”. E a humilhação era uma prática recorrente em sua escola, por um professor de matemática:

“E quando ele sabia que alguém era homossexual ou lésbica, ou dava algum indicio, ele tratava a pessoa com muita rudeza, era muito rude com a pessoa, muito mal educado. Ele fazia questão de excluir aquela pessoa. A pessoa às vezes tinha uma duvida e ele não respondia, deixava a pessoa... Um amigo meu chegou a chorar, porque ele foi humilhado pelo professor na frente de todos, da sala.” (Marcelo)

Já Thaynã, guei, 19 anos, acredita que todos os homens passam por acusações de homossexualidade “essa parada de ser xingado de viado, acontece com todos os homens, não é só com os gueis”. Essa é, portanto, uma pratica regulatória da masculinidade presente para todos os homens. E também confirma a ideia de entretenimento da homofobia:

“É, como forma de entretenimento mesmo. “Ah, você é viado, não sei o quê”. Tinha um professor de matemática que os alunos falavam que ele era namorado de outro professor, ai ele respondia “ah, sou mesmo, comi ele ontem, não sei o quê”, mas tipo essas paradas de brincadeira...” (Thaynã)

Para Nicole, mulher transexual, 17 anos, as piadas também se apresentam quase como algo que está dado “Viadinho, bicha. Essas coisas que sempre falam”. E algo parecido também coloca Pantera, mulher transexual, 30 anos “Comigo aconteciam brincadeiras desse tipo, e muita coisa eu encarava como brincadeira”

Para Alice, transexual, 27 anos, durante o período que cursou Educação de Jovens e Adultos, as piadas chegavam de forma coletiva:

“Piadas, e eram multidões assim, eram quinze meninos me zuando, e você fica até com receio de responder e você fazer alguma e te baterem, coisas do tipo. Então passava reto, mas obvio que você sentia aquela dor dentro de você, porra aquela vontade de “Velho, me deixa em paz, nem conheço vocês, vocês nem pagam as minhas contas, sacou?” Na faculdade foi bem assim, na faculdade me senti poderosa pra quebrar o pau com os outros. Mas no ensino médio, nessa época do supletivo eu ainda, sei lá. Tive bastante medo de mexer porque tinha bastante marginais.” (Alice)

Foi apenas quando cursava psicologia em uma faculdade particular, que conseguiu enfrentar diretamente:

“Ai chegou o momento que eu falei ‘velho, não dá mais’, ai eu cheguei lá na roda deles e falei “Velho, qual o problema de vocês? Não conheço nenhum de vocês, nunca vi vocês, todo dia, o ano inteiro que tô estudando aqui, que eu passo por vocês fazem algum tipo de piada”

Rodolfo: Isso no pátio?

Alice: No pátio, eu falando no meio da faculdade inteira, pra ecoar mesmo assim. Eu pagando sapo mesmo “Meu, nenhum de vocês pagam as minhas contas, sabe onde eu moro? Você nem sabe onde eu moro garoto. Sabe quem é minha mãe? Nem sabe quem é minha mãe. Sabe que curso eu faço?” Sacou? Paguei sapo, paguei sapo assim e nunca mais aconteceu. Paguei sapo de a faculdade parar, de ‘neguim’ tá subindo a escada, de parar, de fazer eles passarem por vergonha mesmo, foi isso assim. De ‘neguim’ aplaudir “EHHHH! EHHH!”, neguinho aplaudiu e os caras se sentiram totalmente para baixo assim.” (Alice)

Isa, lésbica, 25 anos, lembra que os professores faziam da homofobia quase como uma pedagogia:

“Para fazer um exemplo, “então vamos dar um exemplo, fulano tá namorando ciclano” sempre nessa coisa heteronormativa, né. Se professor falava, teve uma vez que o professor de física falou

“Cicrano foi na casa de fulano com uma caixa de bombom” ai todo mundo começou a rir “com uma caixa de bombom, buquê de flores, porque vocês tão rindo? Não terminei de contar história” Mas era essa coisa, era piada, começava a dar ideia.” (Isa)

Apesar da pergunta do professor “porque vocês estão rindo?”, não parece bastar de uma retórica, uma vez que se sabe do que se ri. Essa forma de pedagogia também é observada por Mateus, guei, 21 anos, que tinha aulas de educação sexual com o professor que também ocupava a cadeira de professor de sociologia:

Piadas de... por exemplo na época que ele dava aula de PD, a gente tinha aula de educação sexual [...] falar de sexo anal ele falava “ah, não sei o quê, carinha que gosta de dar o cu” não lembro exatamente, tenho a imagem da palestra, mas não lembro exatamente o que ele disse, mas era algo do tipo “ah, não dá o cu nenhuma vez por dinheiro ou por não sei o quê lá, por que se não você vira viado de qualquer forma” muito bizarro,[...], e eram várias turmas não era apenas uma, ai tinha uma professora de educação sexual mesmo, que parece que essa era a Secretaria de Educação que mandava e ele, ai não lembro exatamente, era uma postura muito... se eu fosse guei e falasse que eu guei, eu tenho certeza que na aula dele eu seria muito zoadado pelas outras pessoas, porque do jeito que ele falava, as piadinhas que ele fazia, era coisa de humor, estava disfarçado de humor, porque ele era professor engraçadinho e tal, mas era, ainda era sexista, muito homofóbico, ele falava essas coisas que é coisa de homem também, que minha mãe fala até hoje, que é coisa de homem.” (Mateus)

Mateus ainda percebe que existe uma diferença nas respostas dado pelos professores quando há ofensas e piadas praticadas por alunas e alunos:

“Ah se fosse... um insulto tradicional, que pelo menos para mim sempre foram direcionados a mim foram esses: viado, baitola etc. Eu acho que esses insultos assim eram tratados como pouco importantes, se o cara te chamava de filho da puta, esse sim era visto como algo ruim, de verdade, como desrespeito, mas se você chamava o cara de viado, foda-se, vocês dois ai que se briguem, que discutam, mas assim, ainda era uma relação muito amistosa em sala de aula, assim.” (Mateus)

E Valentina, lésbica, 17 anos, relata o mesmo:

“Por exemplo, eu chamei alguém de gordinha, a pessoa chorou e tal, aí manda pra diretoria, vão ligar pros meus pais e tal, agora se for uma coisa de guei, não vão ligar para os pais, vão falar “ah, uma bobagem”, e eu vejo isso muito com os gueis.” (Valentina)

A piada para Mateus conseguia esconder a violência, esse professor de sociologia era extremamente querido pelas alunas e alunos, justamente por usar de uma pedagogia que promove o riso.

“Ele era de boa, ele era um professor legal, ele era um professor, em outros termos... a história do capital, ele falou a história do capital de uma forma muito engraçada, por sinal ele dizia que o Hegel e o Marx eram namorados, aí O Capital era o capetinha. [...] Ai O Capital, era o capetinha, ele falava fazendo vozinha de viado e fazendo trejeitos assim, sabe? Para zoar mesmo, era muito engraçado. Ele criava imagem negativa de uma coisa que você não vai querer ser, mas ele não passava algo violento, por exemplo.” (Mateus)

“Não parecia violento, parecia só piada” (Mateus)

João teve sua homossexualidade exposta à revelia por um professor também através de uma piada, para toda a turma “mas foi de um jeito de brincadeira” (João), no ensino fundamental. Já no ensino médio toda a lógica de ensino, para ele, era através de piadas, uma vez que a escola girava em torno do sucesso das alunas e alunos no vestibular:

“Tudo na escola, a maior parte dos professores eram professores de cursinho, professor que só sabe dá aula de matemática fazendo piada homofóbica, se você tira a piada homofóbica acabou a capacidade dele de dar uma aula. Uma escola onde a homofobia era muito presente.” (João)

“Um exemplo bem concreto. Tinha sociologia, o meu professor de sociologia, falando com um sociólogo, foi ensinar o que era tipo ideal, aí ele maluco começou a “então vamos pegar o tipo ideal de uma bicha”, olha o exemplo dele “então a bicha ela é assim, é afeminada, aquela bichinha afetada” e começou a escrever isso no quadro, o bom exemplo de tipo ideal, mas era um estereótipo que ele estava fazendo. Coisa assim. Assustador. O exemplo de tipo ideal weberiano dele foi uma bicha.” (João)

João compara as duas escolas que estudou no ensino fundamental uma abertamente católica, e no ensino médio uma da elite brasileira, contrariando assim o próprio Elias (2003) para o qual a violência decai com a modernidade, para João, a escola católica, que pregava uma fraternidade ao oposto da escola famosa por aprovar no vestibular, que pregava uma competitividade entre os alunos, conseguia ser mais protetora. Nas palavras do próprio:

“Por outro lado tentando pensar sobre isso agora, e de fato nunca tinha pensando sobre isso, era por ser uma escola franciscana e uma escola que ela sempre girava em torno de valores de fraternidade, tinha um potencial subversivo mesmo, bem grande. A gente tinha muito contato com freiras e padres, e isso fazia com que o casamento não fosse a única possibilidade, tinha uma discussão sobre múltiplas vocações do sujeito, por exemplo. E isso era de fato, parece estranho, mas era bom nesse contexto.” (João)

“Casar não era destino, ter relação hetero não era destino. Os materiais que a gente via sobre vocação diziam: você pode ser padre, você pode casar, você pode ser um profissional que vá ajudar outra pessoa, então assim o projeto de sua vida não se completava numa relação hétero, isso era bem legal, isso era dito o tempo todo, não dito dessa forma. Mas tinha uma valorização muito grande da fraternidade, por ser uma escola franciscana. Então isso era bem legal, então a amizade era muito estruturante, e talvez por isso tenha encontrado nessa escola com gente muito mais nova, uma estrutura de proteção que no ensino médio eu não tinha, que era competitivo...” (João)

João categoriza a primeira escola que estudou como uma escola-parque, já a segunda como uma escola-shopping. E a vida nessa escola-shopping foi marcada até o último instante pelas gozações homofóbicas, o que o afastou sua vida familiar da vida escolar, evitando relatar em casa o que se passava na escola.

Durante a aula da saudade, João foi convidado para falar sobre educação, e como é ser um educador, mas a recepção da plateia teve de ser trabalhada como um malabarista por João, que arriscou uma atitude, sem saber o que poderia vir:

“João: E me chamaram para ler esse texto, nessa aula da saudade, com todo a escola reunida, e eu fui tipo, além do povo que tava organizando o único aluno que falou, e foi bem engraçado, que antes

de mim vários professores tinham falado da importância do respeito, justamente os professores homofóbicos com o discurso muito falso, e assim que eu subi no palco, metade da plateia começou a me chamar de viado.

Rodolfo: Sua família estava lá?

João: Não, justamente porque eu não envolvi ninguém, mas assim bem forte “viado, viado, viado!”, xingando e xingando, e foi um momento para mim muito decisivo na minha assim, que eu subi ouvindo isso e não parava um segundo, aí eu peguei o microfone e eu falei “antes de tudo eu gostaria de agradecer os elogios, obrigado pelo viado, obrigado pelo bicha”, e sei lá, a metade que não estava vaiando começou a aplaudir, sabe? Foi muito... e aí eu falei “se alguém quiser falar sobre sua própria sexualidade aqui eu cedo meu microfone, pode vir aqui” e aí calou assim, eu comecei a ler o texto, e no final foi aplaudido. Pra mim foi um momento decisivo, tive que assumir uma postura de empoderamento, que para mim foi muito importante, e ao mesmo tempo conseguir publicamente desmascarar a farsa que era aquela escola. Num espaço onde a escola estava lá institucionalmente, né.” (João)

O humor, de certa forma, também aparece como resposta a essa discriminação latente. João faz a opção de uma saída criativa e, portanto, inesperada para lidar com a situação. É importante que se perceba as condições socioeconômicas desses sujeitos para que também possamos compreender quais atitudes são apresentadas como possíveis ou acessíveis. João, desde de muito novo, teve acesso a obras de filosofia e psicanálise com a temática da sexualidade, como Foucault e Judith Butler; além de espaços de socialização virtuais que estavam claramente condicionados ao seu poder aquisitivo, uma vez que ter acesso a computador e internet nos início dos anos 1990 não era comum. Pode, dessa forma, fazer uso da rede para o próprio empoderamento, e a articulação entre as pessoas LGBTs de sua escola.

Elizabeth, lésbica, 22 anos, chegou a confrontar um professor que era tido como o piadista:

“No ensino médio, ele fazia com tudo, viado era um dos tópicos dele, mas ele fazia com mulheres, fazia com grávidas, ele era um babaca, qualquer coisa que ele achasse que podia ser engraçado, isso me

incomodava muito, e numa aula eu falei com ele “você pára de fazer piada e tal, porque isso incomoda algumas pessoas, isso me incomoda”, enfim, ele parou, pelo menos na minha turma, não sei nas outras. Mas ele era adorado, ele era o piadista.” (Elizabeth)

E o mesmo relata Lisa, 24 anos, que também obteve êxito ao questionar os professores quanto as piadas:

“mas as piadas genéricas ‘ah, viadinho e tal’, era interessante porque eu comentava com os professores no final de sala “poxa, você sabe que eu não gosto desse tipo de piada. Eu sofri muito na minha vida inteira para ouvir esse tipo de coisa em sala”, e eles faziam questão de não fazer em sala, os professores comentavam comigo de uma forma bem receptiva “pô, boto fé. Eu não tinha pensando nisso”. [...] Mas isso gerou algumas coisas ruins, na minha turma que a galera achava que eu era muito exagerada e tal. Mas como ele tinha feito o que eu tinha mandado fazer, tava tranquilo, então nunca rolou nada.” (Lisa)

Assim, percebe-se que para além de vitimadas/os pelos preconceitos de suas professoras e professores, alguns estudantes conseguem assumir uma postura combativa, e de questionar as situações de violência às quais eram expostos.

Raul, homem transexual, 26 anos, também se lembra de professores com um comportamento que ele denominou como teatral, para provocar graça:

“Tinham uns professores que tinham um comportamento bem teatral, os 2 se comportavam como namorados gueis, batiam no vidro, ficavam imitando Titanic, cena da mão e pá... Então eu me lembro dos professores falando, um pro outro “ah, seu viadinho e não sei o quê”. E depois vinha o professor e dizia “detesto viadinho, esses homossexuais nojentos”, e aí vinha alguém na sala e dizia “é isso mesmo professor, viadinho de merda...” (Raul)

Porém as zombarias também apareceram no momento da violência, no episódio em que um grupo de homens cercou-a durante o acampamento do grupo de escoteiros:

“Quando eu vi, eu estava numa roda, e eles começaram a me empurrar para um lado e para o outro, fazendo zombarias, rindo, “você precisa de um homem para te comer” e começara a me jogar no chão.” (Raul)

Durante todas as entrevistas o tema das piadas nas salas de aula apareceu, e em algumas oportunidades por iniciativa da entrevistada ou entrevistado. Para todas e todos as piadas são recorrentes, e permearam toda a vida dentro e fora da escola. Quando elas são praticadas pelos colegas de sala, em geral, são tidas como de pouca importância para o cotidiano da escola, ficando sob responsabilidade da própria pessoa LGBT ofendida, caso tenha algum empoderamento, ou de alguma professora ou professor que também seja homossexual ou bissexual (uma vez que não houve relatos de pessoas transexuais ou travestis ocupando cargos de administração ou docência). A exceção se deu no caso da aluna Alice, que durante o ensino médio teve o apoio do diretor da escola, do qual ela não relata a homossexualidade ou bissexualidade. Contudo quando volta a estudar através do sistema de Educação de Jovens e Adultos, só consegue apoio de uma professora lésbica.

As piadas e nomações indicadas para homens homossexuais também se confundem com as destinadas a travestis ou mulheres transexuais, uma vez que em sua maioria, questionam e acusam a ausência de virilidade. E aquelas destinadas às mulheres homossexuais também são semelhantes às que relatou Raul, uma vez que se questiona o seu afastamento do gênero esperado socialmente, dado que nasceu com órgãos genitais entendidos como femininos.

Isa, Elizabeth, Lisa e Bruna Pereira, assim como as demais pessoas entrevistadas, falam sobre uma invisibilidade e uma ausência da homossexualidade, bissexualidade, transexualidade ou travestilidade – em suma qualquer forma de existência de identidade de gênero ou de sexualidade diferente da heteronormativa – contudo, nas entrevistas elas também falam de uma ausência inclusive nas piadas, conseguindo reconhecer piadas direcionadas a homens homossexuais, porém em menor categoria para mulheres. O que entendemos aqui é que isso não pode ser pensado como um *status* de menor violência contra mulheres lésbicas, ou homens transexuais. Mas muito pelo contrário, uma vez que sabemos que a autonomia da sexualidade feminina é colocada na berlinda cotidianamente, a compreensão do social de uma lesbiandade seria o reconhecimento de uma sexualidade de mulheres para mulheres, entre mulheres.

A multiplicidade de piadas, nomes jocosos e gozações possíveis demonstram a distinção de poder de uma heteronormatividade estabelecida, em contraponto a tudo

aquilo que fuja a ela, de maneira *outsider*. Assim, não é necessário ser homossexual, bissexual, transexual ou travesti, mas apenas parecer fugir dessa regra. Para esses *outsiders* é difícil reconhecer, ao mesmo nível, um arsenal de nomes que possa ofender aqueles que estão estabelecidos.

Um arsenal de violência mais eficiente é de posse daquele grupo de pessoas que tem o poder já estabelecido. Ao pensarmos isso para o que se coloca empiricamente nessa monografia: o arsenal de violência é mais denso, robusto e eficiente por uma ideologia heteronormativa e cisgênera. O grupo de pessoas estabelecidas tem uma capacidade de subjugar e intimidar simbolicamente o grupo de *outsiders*, e esse por sua vez, justamente pelo caráter de dispersão e desagregação enquanto categoria social, assolados pela dominação simbólica que o fazem se perceberem enquanto naturalmente inferiores dos estabelecidos, não possuem força material tampouco simbólica para o confronto – valendo-me aqui mesmo de uma metáfora de guerra, como colocado pelas próprias pessoas entrevistadas.

VI. Considerações Finais

A busca pela compreensão de como se dá a discriminação da população LGBT nasce primeiramente de uma inquietação dela enquanto um problema social, que para muitas pessoas já era evidente. As colocações aqui feitas também tentaram direcionar esse problema social para um problema sociológico, tanto pensando na questão da reprodução de comportamentos sociais, e também da atualização de uma estrutura social para uma ação social. Esse sistema cultural precisa ser executado todos os dias, e não existe de forma pronto ou dada na sociedade, existe um trabalho de muitos indivíduos cotidianamente para manutenção das normas heterossexuais e cisgêneras. Isso significa entender que os processos de manutenção da ordem são semelhantes aos de alteração da ordem no sentido de exigirem esforços sociais contundentes. Ou seja, que uma ideologia conservadora se permaneça de forma hegemônica é preciso que se faça o uso de quase um exercito de sujeitos sociais que estejam preparados para defendê-la, inclusive das maneiras mais minuciosas, como o caso das piadas.

As ações de preconceito e discriminação, também não incidem apenas sobre aquelas e aqueles de identidade e práticas sexuais (lésbicas, gueis e bissexuais) ou identidades de gênero (travestis e transexuais) que são dissonantes dos padrões heteronormativos e cisgêneros. As ações de preconceito e discriminação contra essa população sancionam e punem essas pessoas, mas também as coloca como ‘bode expiatório’ social, servindo de exemplo daquilo que outras e outros não devem ser, além dessas ações serem usadas sobre aquelas e aqueles que se identificam e agem mais ou menos dentro do padrão heteronormativo (heterossexuais) e cisgênero, mas que a todo instante estão sob a vigília social. A identidade heterossexual também está sob vigília e regulação através das piadas sobre LGBTs nas escolas.

A escola se mostrou um local onde a heteronormatividade e o padrão cisgênero são marcantes, e ao mesmo tempo como naturalizadora e incentivadora desses valores, uma vez que parece não procurar esconder suas ações de preconceito. Percebe-se que muitos indivíduos não tem vergonha de expressá-los.

As piadas, gozações e o escárnio estão presentes como metodologia pedagógica, por profissionais que precisam do riso e da comédia para entreter seus discentes, uma vez que manutenção da disciplina em sala de aula não tem mais sustento se acontece

necessariamente pelas vias da repressão e do autoritarismo. As professoras e professores precisam lidar com o alunato de forma a tornar o ambiente de sala de aula confortável e descontraído. É aí que o arsenal regulatório das sexualidades consegue trabalhar lado a lado da pedagogia.

A pesquisa também propicia o entendimento de que para a compreensão do que é essa violência simbólica e material que se organiza estruturalmente e acomete lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais o conceito de heteronormatividade parece insuficiente, uma vez que ela está dizendo sobre a expressão de sexualidade, e parece não conseguir se estender para as identidades transgêneras. As quatro pessoas transgêneras entrevistadas expressam uma sexualidade heterossexual, e isso não as torna menos vítima de preconceitos e discriminações. Ainda que apresentem dinâmicas distintas, o preconceito e discriminação contra LGBTs apresentam em comum uma aversão pela fuga de uma regra e da correspondência sexo-gênero-sexualidade. Quanto mais distante dela menor o sucesso social.

A assertiva do objeto de pesquisa ser as piadas nas escolas demonstrou-se pela ocasião de em algumas entrevistas a temática insurgir mesmo que não houvesse qualquer referência sobre o assunto. O humor só parece possível quando há distanciamento ou negação presumida do sofrimento daquele de quem se ri. Ainda que presente na sociedade em todas as regiões e classes, a diversidade sexual e as identidades de gênero não cisgêneras estão distantes do entendimento coletivo enquanto expressão humana legítima. O riso é duplo, acontece porque se está distante subjetivamente do objeto que se ri, e ao mesmo tempo o afasta ainda mais.

As informações e os dados produzidos aqui são muito mais vastos do que a capacidade analítica consegue interpretar. Ainda que no primeiro quadro resumo das pessoas entrevistadas conste cor/raça, renda e local de moradia, por exemplo, não se conseguiu investigar quais as possíveis incidências dessas variáveis para o objeto estudado. Ou mesmo as muitas reflexões sobre valores religiosos das famílias e das escolas apresentadas durante as entrevistas.

A heteronormatividade e norma cisgênera enquanto uma forma social distinta aos seus indivíduos nos possibilita entender que a sua manutenção está sob que pese o desmantelamento de práticas e identidades que não compatibilizam com ela, e de certa

maneira alimentando-se também disso. Isto é, a manutenção, existência e alçada por direitos sociais, civis etc de LGBTs implica numa afronta a forma social heteronormativa e norma cisgênera; por sua vez a manutenção dessa forma necessita-se do desfazer existencial de tais sujeitos, seja de forma subjetiva (o dispositivo do ‘armário’ é ponto de análise essencial), ou objetiva, através dos assassinatos e suicídios. Ainda que distinta essa forma social não parece exatamente autônoma, uma vez que necessita de seu contrario e de seu inverso para existir. A heterossexualidade e cisgeneridade enquanto identidade só pode ser possível em vistas da perpetuação submissa de todos os seus inversos e contraditórios – não mais pensando apenas na homossexualidade, mas também na bissexualidade, transexualidade e travestilidade, uma vez que são quase como contínuos de dissidências.

VII. Referencias Bibliográficas

ARMSTRONG, Pat & ARMSTRONG, Hugh (1983), “**Beyond Sexless class and classless sex: towards feminist Marxism**”, in *Studies in Political Economics*, n.10, p.743

ALMEIDA, Suely de. **Essa violência mal-dita**. In: *Violência de Gênero*. ALMEIDA, Suely de. (org.) Rio de Janeiro, Editoria UFRJ, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema do ensino**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

BRASIL. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil** : ano de 2011 / Secretaria de Direitos Humanos ; Priscila Pinto Calaf, Gustavo Carvalho Bernardes e Gabriel dos Santos Rocha (organizadores). – Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos, 2012

BURGESS, Robert G. **In the field: An introduction to field research**. London: Allen & Unwin, 1984

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

BOLSTANSKI, Luc. **El amor y la justice como competências**. Buenos Aires, Amorrutu, 2000

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito** . Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURKHEIM. **O Suicídio**. São Paulo: WMF Martin Fontes, 2011.

_____. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São

Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

FEMENÍAS, Maria Luisa. **Derechos Humanos y Género: Tramas Violentas**. In: Fronesis. Revista de Filosofía Jurídica, Social y Política. Vol 16, No 2, p 340 a 363. 2009.

FOUCAULT, Michel,. **História da sexualidade**. 8.. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

JESUS, Jaqueline G. **Trans-formações**: poder e gênero nos novos tempos. Anais do 18º Congresso Brasileiro de Psicodrama. Brasília: Federação Brasileira de Psicodrama, 2012

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia nas Escolas: um problema de todos**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org) Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KRISTEVA, Julia. **The Powers of Horror**: An essay on abjection. New York European Perspectives: A Series of the Columbia University Press.1982

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre, Artes Médicas 2006

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador: UFBA/EDUSC, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e homofobia**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (org) Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade .3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto:** relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?. In: Série Antropologia, Brasília, 2000.

SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de. **Georg Simmel:** Sociologia. São Paulo: Ática, 1983

MORAES FILHO, Evaristo de. Introdução **Formalismo sociológico e a teoria do conflito.** In: SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de. **Georg Simmel:** Sociologia. Sao Paulo: Ática, 1983

PETERS, G.(2012). “**O social entre o céu e o inferno:** a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu”. Tempo Social, 24, 1, 229-261.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro. Lamparina, 2007.

RODRIGUES, Julian. **Direitos humanos e diversidade sexual:** uma agenda em construção. In: VENTURI, Gustavo. BOKANY, Vilma (org). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth (1985), “**Força de Trabalho Feminina: no interior das cifras**”, in *Perspectivas* , São Paulo, nº 8, p.95 a 141

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso.** 8. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2011.

VENTURI, Gustavo. BOKANY, Vilma (org). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011a

_____. **Da Construção dos Dados à Cultura da Intolerância às Diferenças.** In: VENTURI, Gustavo. BOKANY, Vilma (org). **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011b

WALBY, Sylvia. **Violence and society**: Introduction to an emerging field of sociology. In: **Violence and society**: Introduction to an emerging field of sociology. SAGE. Online 2013

WITTIG, Monique. **The straight mind** and others essays. Boston. Beacon Press, 1992

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: *Identidade e diferença*. Org: Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, Vozes, 2000

VII. Anexos

Anexo I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada(o) para participar, como voluntária(o), para minha pesquisa de monografia de conclusão do curso de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Profª Drª Lourdes Maria Bandeira. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizada(o) de forma alguma. Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador responsável no telefone: (61) 84695797, ou email: Rodolfo.godoi@hotmail.com. O objetivo da pesquisa é estudar vivências e idéias de pessoas lésbicas, gueis, bissexuais, travestis ou transexuais no espaço escolar.

Pesquisador: Rodolfo Godoi

Orientadora: Profª Drª Lourdes Maria Bandeira

Participante:

Local e data:

Assinatura Participante

Assinatura Pesquisador

Anexo II – Roteiro de entrevistas semi-estruturadas

Onde você estudou?

Algum aluno (ou grupo de) já te incomodou na escola pela forma como você se veste ou se comporta?

Algum professor?

Poderia dizer como foi? (que tipo de coisas dizem ou fazem).

O professor/a fazia as piadas de forma intencional?

A defesa de LGBTs era no sentido de “é viado, mas é bom aluno?” etc

Isso te incomoda? De que forma?

Você já deixou de fazer alguma coisa que queria por causa disso?

Você já deixou de ir a alguma aula por medo ou constrangimento?

Algum professor já se dirigiu a você de alguma forma que o causasse desconforto?

Você se sente contragida ou incomodada com algum comentário ou opinião que algum professora diz durante a aula sobre o tem da sexualidade?

Você busca apoio para enfrentar esses problemas com alguém? Quem?

O que os insultos significavam para você

Você conseguia expressar sua sexualidade livremente, abertamente? Como? Porque?

Onde mora?

Com quem mora e quantos?

Raça?

Gênero?

Profissão?

Religião?

Sexualidade?

Escolaridade?

Escolaridade dos pais?

Renda familiar?

Nome fictício